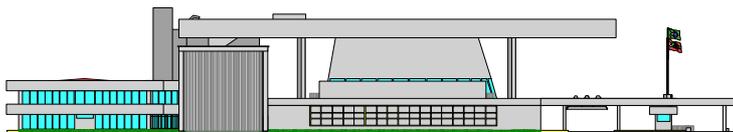


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 01 DE JULHO DE 2009

NÚMERO 6.055

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa  
MESA

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO COMUNISTA DO  
BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Júnior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES  
E DESENVOLVIMENTO  
URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Herneus de Nadal  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Décio Góes - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Edison Andrino  
Ismael dos Santos  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Genésio Goulart - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice-  
Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Genésio Goulart  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça  
Professora Odete de Jesus  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Pedro Uczai - Presidente  
Antônio Aguiar - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE  
RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Herneus de Nadal  
Genésio Goulart  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Maria Aparecida  
Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 2055**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 052ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 30/06/2009.....2

**Atos da Mesa**

Ata da Presidência DI.....20  
Atos da Mesa DI.....20  
Atos da Mesa.....20

**Publicações Diversas**

Ata de Comissão Permanente.....  
.....21  
Extratos.....21  
Ofícios.....22  
Portarias.....28  
Projeto de Lei.....32  
Projeto de Resolução.....32  
Redações Finais.....32

**PLENÁRIO**

# ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Plínio de Castro - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

**SUMÁRIO**

Breves Comunicações

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Mostra preocupação com a ausência da população nas audiências do orçamento regionalizado e fala sobre a greve de ônibus na Grande Florianópolis;  
**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Fala sobre o encaminhamento do projeto

dos planos de cargos e salários dos servidores da Segurança Pública, com aparte do deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Comunica apoio e favor dos servidores da Segurança Pública; comemora a criação do ministério da pesca e fala sobre lançamento do Plano Safra, com aparte do deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** - Fala sobre a suinocultura catarinense; e solidariza-se com os representantes da Segurança Pública.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Fala sobre a deficiência existente nas políticas de Segurança Pública; elogia o trabalho do Orçamento Regionalizado, com aparte do deputado Elizeu Mattos.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Reconhece a importância do trabalho dos servidores da Segurança Pública; fala sobre a exposição de bovinos e suínos, no município de Concórdia.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Enaltece a Polícia Civil; protesta sobre a cobrança indevida do pedágio em obras inacabadas.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Fala sobre o discurso do deputado Manoel Mota, o descaso do executivo em relação à Polícia Civil.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Apóia os policiais civis em suas reivindicações. (Lei n. 254).

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Apresenta o livro "Inevitável Mundo Novo"; fala sobre a Frente Parlamentar Catarinense em defesa da Cultura.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** - Comenta sobre o aniversário do PSDB, 21 anos, elogia os programas instalados no governo de Fernando Henrique Cardoso e fala as conquistas capitaneadas para toda a sua região durante os seis meses como parlamentar.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Comenta o lançamento do livro *Borges e outras Ficções*; fala sobre a Previdência Social.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Repudia o ato praticado em Honduras; comenta sobre a vinda do presidente Lula no estado; comenta sobre o livro de Hobsbawm.

**DEPUTADO JOAREZ PONTICELLI** - Avalia a situação dos professores, principalmente dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra a presença, nesta Casa, dos policiais civis e militares de Santa Catarina, da Aprasc, da Associação da Polícia Civil, dos srs. delegados e de todos os segmentos da polícia que se encontram aqui conosco.

Sintam-se à vontade neste plenário.

O sr. deputado José Cardozinho se licenciou e desejava fazer uma despedida, deputado Professor Grandó, mas, infelizmente, ele não se encontra aqui neste momento.

Eu quero comunicar também que a Ordem do Dia já está disponível, de forma informatizada, nos terminais a todos os srs. deputados, com alteração *on-line*. Hoje ainda vamos entregar o papel para irmos nos acostumando, a fim que v.exas. possam ter acesso a ele. E todo o momento que fizermos alteração da pauta serão alterados automaticamente *on-line* todos os atos. É mais uma forma de reduzirmos os custos, papel e facilitar a vida de cada um dos srs. deputadas e sras. deputadas.

Portanto, esta Presidência conta com a compreensão de v.exas. e suspende a sessão por até cinco minutos, para que o deputado José Cardozinho possa fazer a sua saudação.

Está suspensa a sessão por até cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente Jorginho Mello, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, comandos da Polícia Civil e Polícia Militar, funcionários desta Casa, sras. taquígrafas, na semana passada estivemos ausentes deste plenário, mas fomos ao interior do estado acompanhar, juntamente com outros deputados, as audiências do Orçamento Regionalizado nas cidades de Criciúma, Tubarão, Joinville, Blumenau e ontem à tarde aqui em São José.

Sr. presidente, meu grande amigo, quando v.exa. nos acompanhava, ano passado, nas audiências públicas, teve a oportunidade de constatar que o público estava lá brigando, no bom sentido, cobrando, reivindicando, coisa que não aconteceu dessa vez. Talvez fosse porque v.exa. não estivesse conosco na nossa comitiva. Notamos também que a população não esteve lá em massa, pois tivemos um público mínimo participando dessas audiências.

Por isso temos que amanhã, na comissão de Finanças e Tributação, fazer uma ampla análise e mudar as estratégias, porque queremos a população reivindicando, cobrando, ou seja, queremos a população elencando as prioridades para os seus municípios, para as suas regiões.

E existe a sugestão para que as próximas audiências públicas sejam reali-

zadas juntamente com as secretarias regionais, quando teremos um público mais numeroso.

Sabemos que a Assembleia Legislativa investe muito nesse trabalho pelo interior do estado, e temos que ter um retorno, deputado José Natal, que é a participação do público. Se o público não participar, não podemos nos deslocar para poder levar à população e incentivá-la a cobrar.

Então, é essa a minha manifestação quanto às nossas audiências do Orçamento Regionalizado. Inclusive, sou membro da comissão de Finanças e Tributação.

Concedo, agora, um aparte a v.exa., deputado José Natal, que também participou conosco.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputada Odete de Jesus, por me conceder esse aparte.

Quero me somar à preocupação de v.exa., eis que praticamente fomos a todas elas e sentimos a ausência da população, que é a parte mais interessada, aquela que deve ser beneficiada. E entendo que o grande erro desse acontecimento está nas secretarias regionais, que ao elaborarem as 12 ações, não convidando a população, formam uma panelinha, um grupo, uma ação entre amigos, no meu entendimento.

Quero ser bem claro aqui que existem secretários regionais que nem nas audiências públicas compareceram, quando estavam sendo discutidas situações pertinentes à sua secretaria e à vida das pessoas.

Deve ser revista a forma, realmente, de sairmos pelo estado afora, com uma estrutura desse tamanho, quando a população teria oportunidade de estar com os srs. deputados, mas não está comparecendo, porque não está sendo convidada para tal.

Somo-me a v.exa. como membro da comissão desta Casa e como quem realmente quer ver o dinheiro público bem empregado.

(Palmas)

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado.

A população perdeu a oportunidade de poder estar aqui cobrando. E digo para todos os participantes que saíram das suas casas e estão aqui, Polícia Militar e Polícia Civil, reivindicando os seus direitos, que isso é muito importante para a classe. Só senti falta da classe dos professores, da minha classe, que deveria também estar aqui participando das sessões e reivindicando.

(Palmas)

Parabéns para vocês que estão aqui, hoje, cobrando, porque se a pessoa cruza os braços e não faz nada, a coisa não acontece. Temos que cobrar melhorias.

Mas quero agora abordar um assunto, deputado Moacir Sopelsa, a respeito da vergonha que paira sobre a Grande Florianópolis, quanto a essa greve que não tem fim, essa vergonha, nesta Capital linda, maravilhosa, com um povo trabalhador, que acorda cedo e sai para trabalhar, mas que está impedido de chegar ao seu trabalho.

Muitas lojas fecharam as portas porque não têm compradores. Muitos tra-

balhadores que trabalham por dia nos trabalhos domésticos não podem chegar ao seu trabalho. As mães não têm onde deixar os seus filhos para poder trabalhar, por falta de condução.

Estive lendo os jornais, deputada Ada De Luca, v.exa. que sempre está muito atenta, e quero dizer que o Ministério Público tomou uma atitude brilhante. E aqui quero parabenizar o Ministério Público, que já adiantou que manterá multa de R\$ 50 mil por dia caso o sindicato dos trabalhadores não mantiver 50% da frota nos horários de pico, das 5:30h às 8:30h e das 17:30h às 20:30h, e 20% nos demais horários.

O pessoal quer trabalhar, o povo quer trabalhar; portanto, tem que haver um entendimento. Já falei desta tribuna que nós, seres humanos, que pensamos, que raciocinamos, que somos inteligentes, temos que nos entender, deputado Dirceu Dresch e deputado Ismael dos Santos. Temos que nos entender, tem que haver entendimento, tem que haver concordância, até porque às vezes perdemos de um lado, mas ganhamos de outro. Temos que nos entender. A população não pode sofrer mais.

Todos os anos a novela continua, a novela do sofrimento para aqueles que querem trabalhar, que querem chegar aos seus ambientes de trabalho e não podem. Esperamos que haja um entendimento. Temos que nos entender; senão, fica difícil.

Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, muito obrigada pela oportunidade e um bom trabalho para todos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e pessoas que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e aqui presentes nesta sessão, em especial todos os servidores da Segurança Pública aqui presentes, nossos colegas de trabalho, policiais civis, a nossa respeitosa saudação e todo o nosso respeito a todos os senhores e senhoras.

Quero saudar, com a permissão de todos, muito especialmente os companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, as esposas, as mulheres do movimento de praças e familiares, bem como os demais familiares aqui presentes.

Senhores, eu não precisaria falar na tarde de hoje, porque a presença de vocês aqui é mais forte do que qualquer discurso que possamos fazer.

Srs. deputados, todos eles, colegas policiais civis, todos eles que estão aqui já responderam, estão respondendo ou vão responder à inquirição por terem reivindicado o pagamento da Lei 254 de forma mais firme, em dezembro de 2008, no conselho de disciplina, para serem excluídos. Inclusive, temos aqui, de corpo presente, um que já foi excluído, o sargento Souza, por ter reivindicado a Lei 254. E temos aqui vários outros colegas.

Creio que chega a uma dezena de que estão no conselho de disciplina, mas

todos eles já foram punidos ou estão no caminho para serem punidos pela reivindicação de dezembro. Assim como as mulheres que não são militares que estão sendo requisitadas a ir ao quartel e responder todas as perguntas, até as indevidas, feitas pelos membros da inquisição, incrustados, diria dessa forma, no interior da instituição que amamos e aprendemos a defender. Incrustados para defender o seu orgulho, a sua arrogância ou o seu sentimento de nobreza. Mas não se admite que eles, na condição de servidores públicos como nós somos, usem de regulamentos, repetimos, retrógrados, arcaicos, fazendo mais do que o próprio regulamento diz que eles podem fazer.

O regulamento é ruim e precisa ser revisado, aliás, havia o compromisso de ser revisado durante o governo de Luiz Henrique, mas não o foi. Mas eles conseguem pegar o regulamento, atropelá-lo e fazer o pior do que está nele para cassar os nossos irmãos de farda, que têm a dignidade e a decência de lutar pelos seus direitos.

Portanto, a presença de cada um e de cada uma aqui é mais forte do que qualquer discurso, porque a presença dos trabalhadores, dos servidores, das trabalhadoras, faz com que o estado perceba que o orador, ou os oradores, não estão sozinhos nessa posição.

Senhoras e senhores, hoje é dia 30 de junho, ou seja, mais um prazo estabelecido pelo governador Luiz Henrique para dar alguma resposta na questão salarial e no plano de carreira dos policiais civis e na questão salarial de todos os servidores da Segurança Pública. Mas até este momento não chegou nada na Assembleia legislativa, ou nada foi protocolado aqui, salvo se chegou na última meia hora, enquanto eu estava em outro compromisso, no plenarinho, até o momento em que cheguei aqui.

Para nós isso já não é mais novidade, porque nesses seis anos ou nesses três anos e meio de salários congelados quantos prazos foram marcados e quantos deles deixaram de ser cumpridos?! Mas esperamos que efetivamente o prazo de hoje não seja só mais um empurrão com a barriga, porque queremos registrar inicialmente que o governo Luiz Henrique não pagou a Lei n. 254. E isso vai ficar e precisa ficar registrado na história deste estado.

O governo Luiz Henrique não pagou a Lei n. 254, que ele mandou fazer. Ele mandou o secretário da Segurança Pública chamar todos os setores para discutir uma legislação que fosse a certa para todos os trabalhadores da Segurança Pública.

Foram feitas 17 reuniões em 2003, e o projeto veio para cá, foi aprovado e foi sancionado em 15 de dezembro de 2003. Da Lei n. 254 o governo pagou R\$ 290,00 de abono e mais 20%. Ficou um pouquinho abaixo, um pouquinho acima da metade, dependendo do tempo de serviço de cada servidor. E o que faltou pagar, que era para pagar e fazer um cronograma em 2007, até hoje não aconteceu.

Quanto à ação dos delegados, e não tem como escondermos esse fato, foi um grande presente para o governador no

aspecto de considerar inconstitucionais partes da Lei n. 254. O governo ganhou esse grande presente no mês de fevereiro, tomando-nos inclusive o discurso. E a situação chegou a este 30 de junho, ou seja, postergação e postergação. Eram nove, eram quinze, eram trinta. Mas digo aos companheiros da Polícia Civil que sempre apoiamos e que sempre vamos apoiar aqui o plano de carreira de vocês. E não precisamos de conselho de ninguém para fazê-lo, porque sempre tivemos essa relação de parceria com os trabalhadores da base da Polícia Civil.

(Manifestações das galerias)

Com relação a isso não precisa haver nenhuma preocupação, porque não fomos nós, não foi por nossa iniciativa nem por iniciativa dos praças da Polícia Militar nem do Corpo de Bombeiros nem por parte da base da Polícia Civil, não foi por nossa iniciativa que se sacou armas nesse estado de Santa Catarina.

Lá em dezembro, sacaram armas para nós, nos quartéis. E há duas semanas, em Lages, houve outro episódio. Mas em nenhuma vez foi por iniciativa dos praças nem por iniciativa da base da Polícia Civil, porque abominamos esse enfrentamento, porque somos irmãos da mesma luta de defesa da sociedade e queremos construir uma legislação justa para todos, que não traga discriminação. Só queremos justiça salarial, dignidade profissional, respeito ao ser humano que faz segurança pública para a sociedade.

Será que é possível uma sociedade democrática nos garantir isso? Será impossível que os governos não consigam encaminhar isso? Acreditamos que seja possível! E estamos aqui esperando o que vem do palácio. Concordaremos com tudo que for justo e diremos não a tudo que for injusto.

Esperamos que não se cometa nenhum desatino de tentar nos dar um capote, porque a presença de vocês e a presença dos praças aqui deixam muito claro que não estamos mais para capote na base da segurança pública de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Eu quero me manifestar também no horário dos Partidos Políticos sobre a questão dos planos de cargos e salários. Mas acerca da primeira parte da fala de v.exa., recordo-me - e estou resgatando o discurso de sua excelência - que o governador, quando ainda no primeiro semestre do seu primeiro mandato, concedeu anistia aos policiais, aos praças, aos militares punidos até então.

Naquele ato o governador disse que rasgava o discurso e a prática da velha e velhaca política. Mas parece-me que o seu governo, desgovernado e partidarizado, volta à velha prática, quando o governo fraco que está, covarde que está, não cumpre sequer aquilo que o conselho de disciplina determina, que é a absolvição do servidor, e o comandante ordenado pelo governador e pelo político comandante da Segurança Pública, manda enquadrar, manda demitir.

É a velha prática de quem serviu à DOPS. S.Exa. está voltando aos tempos que

serviu aos porões do serviço militar, que deve ser esquecido e abandonado da política de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência deseja fazer o registro da visita dos 45 alunos da 4ª e 5ª séries, do Colégio Visão, do município de São José, do bairro Kobrasol, que estão conhecendo a Assembleia legislativa.

Um beijo no coração de cada um de vocês.

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, todos os trabalhadores e trabalhadoras da Segurança Pública que nos visitam no dia de hoje, reivindicando e lutando pelos seus direitos, crianças do Colégio Visão que nos visitam, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Aleesc Digital, quero também em nome da nossa bancada, como líder, externar o nosso compromisso de sempre vir aqui lutar pela melhoria do serviço público no nosso estado, seja na educação, na saúde, no fortalecimento do estado, no conjunto da agricultura familiar, e em especial, neste último período, desde dezembro, o acompanhamento que tivemos, nas diversas regiões do nosso estado, da luta dos praças e na realização das audiências públicas em várias regiões e também nesta Casa.

Lembro-me bem de Chapecó, quando recebemos uma comissão dos delegados, dos policiais civis, reivindicando os seus direitos e tendo lá uma informação de que na semana seguinte iria entrar o projeto nesta Casa para encaminhar um plano de cargos e salários da categoria.

Assim é a 254 que está aí, que não está sendo cumprida.

Queremos reafirmar essa nossa luta. Com certeza a população catarinense tem um grande respeito por vocês, porque, quando uma pessoa é assaltada, machucada ou sofre um acidente, os servidores da Segurança são chamados e estão sempre presentes.

Essa categoria é muito importante para o estado, bem como as mulheres que estão aqui e coordenam essa luta. São servidores fundamentais para o futuro do estado. Trata-se de um serviço fundamental que não deve desmontar. Segurança pública é uma das grandes preocupações da nossa sociedade e estamos trabalhando nessa perspectiva.

Agora, uma questão que nos choca muito é esse processo de perseguição e punição, deputado Joares Ponticelli, que está ocorrendo aqui no estado.

Dias atrás apresentamos aqui um projeto de anistia aos professores que foram punidos quando participaram da mobilização por não serem recebidos pelo governo, não terem sua pauta atendida. E recentemente, com relação aos funcionários da Segurança Pública, uma lei foi aprovada

nesta Casa e reconhecida pelo governador. Mas, depois, quando os servidores cobram a implementação da Lei são punidos, inclusive com o seu emprego e trabalho. Não podemos deixar isso acontecer.

Deputado Sargento Amauri Soares, vamos estar juntos na luta pela anistia dos trabalhadores punidos. Estamos elaborando um projeto para anistiar os trabalhadores que forem punidos da Segurança Pública.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - O problema do pessoal da Segurança Pública é a falta de sorte com as datas.

Para o pessoal da Polícia Militar a lei foi sancionada em 15 de dezembro. Resultado: o 15 virou um calote. Eles estão aqui há cinco anos esperando e nada foi cumprido.

Para os servidores da Polícia Civil, qual foi a data que o governador marcou? Foi 15 de junho. Quando marcou para o dia 15, eu pensei: Vai dar zebra de novo. Passaram para o dia 30, e alguém alertou que 30 é 15 vezes dois. Novamente, essa gente está sendo enganada.

Por isso v.exa. tem razão e pode contar conosco nesse projeto.

(Palmas nas galerias.)

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Então, temos a promessa de que hoje, no final da tarde, ou amanhã o projeto virá.

O nosso trabalho será no sentido de pressionar para que esse projeto venha rápido para esta Casa.

Quero parabenizar todos os que estão presentes aqui sem medo das perseguições, que muitas vezes ocorrem por aí, das punições, lutando por uma causa que é justa para o conjunto dos trabalhadores e da sociedade catarinense.

Sr. presidente, quero tratar de outro tema. Fiquei muito feliz na última sexta-feira com a presença do presidente Lula, em Itajaí, cumprindo um compromisso que assumiu em 2002 com o setor pesqueiro para a criação de um instrumento eficaz e estrutural para coordenar todo esse debate e o fortalecimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro do país.

Esse ato do presidente Lula, a criação do ministério e a aprovação da lei da aquicultura e pesca, com certeza, é um passo acertadíssimo. Muitos criticam que serão criados mais 200 cargos no ministério, mas para nós o que interessa é contratar funcionários públicos para atender a população e desenvolver o país.

A pesca ultimamente, antes da criação da secretaria no Ministério da Agricultura, estava totalmente esquecida, sem investimentos e sem políticas. Depois, com a secretaria, com o ministério da Pesca, este setor com certeza nunca mais vai ser o mesmo.

Será feito um investimento, já no próximo período, de mais de R\$ 2 bilhões em infraestrutura, construindo uma política para este setor de outorga das águas, de aproveitamento dos lagos das hidrelétricas, dos açudes de peixes que existem pelo nosso estado afora, ajudando também a nossa agricultura familiar e dando aos pescadores os mesmos direitos que têm

hoje os agricultores familiares, e já estendendo o Programa Mais Alimentos para os pescadores poderem investir até R\$ 100 mil, com dez anos para pagar a dívida, com três anos de carência e 2% de juros.

Tivemos também a criação da Embrapa Pesca para fazer pesquisas nesta área. O Brasil possui uma capacidade extraordinária para crescer e se desenvolver nesse setor.

Para finalizar, quero falar do lançamento, nos últimos dias, do Plano Safra, da safra 2009/2010/2011. No próximo período nós estaremos construindo uma política para a agricultura familiar, saltando de R\$ 2,4 bilhões em 2004 para R\$ 15 bilhões em investimentos na nossa agricultura familiar; construindo políticas como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e como a questão da aquisição da merenda escolar. Temos a lei que o Senado aprovou, a medida provisória que garante e obriga os municípios a comprar, no mínimo, 30% da alimentação escolar direto dos agricultores familiares.

Temos um conjunto de políticas: a política de preços mínimos para os agricultores familiares; a política de seguro, não só para crédito, mas também para investimento, que dá mais garantia aos nossos agricultores familiares.

Então, esse conjunto de políticas, bem como a criação do ministério da Pesca, vai gerar lucro para os agricultores e pescadores. O lançamento do Plano Safra ampliando recursos vem construir políticas estruturais que possam trazer um alento e uma situação de mais tranquilidade aos agricultores familiares, produzindo mais comida, dando consolo às nossas crianças para que tenham um alimento de melhor qualidade nas escolas, trazendo mais saúde, educação, e com isso ampliando o fornecimento de alimentos para a sociedade brasileira, para a exportação e para o desenvolvimento econômico e social. Setores como a agricultura familiar e a pesca são importantíssimos para o nosso país.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Plínio de Castro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, platéia que lota as dependências da Assembleia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria, na tarde de hoje, de trazer uma manifestação que julgo das mais importantes para o estado de Santa Catarina, sobretudo, para a região oeste catarinense.

Já assomamos a tribuna desta Casa nos últimos dias para falar da agonia em que vive a suinocultura catarinense. Da mesma forma, quero manifestar a nossa inquietação quando ainda não vemos resolvidos, atendidos ou quando não vemos um processo de discussão mais amplo para amenizar os efeitos da estiagem que assolou a região oeste de Santa Catarina, que atingiu 183 municípios.

Na semana que passou acompanhamos nos noticiários da região e do estado a manifestação, deputado Lício

Mauro da Silveira, de que o governo de Santa Catarina estaria reunindo os seus secretários Regionais para deliberar de que forma iria aplicar o valor de R\$ 22 milhões, sendo R\$ 20 milhões da Defesa Civil nacional e R\$ 2 milhões do estado de Santa Catarina.

Na mesma reportagem, o secretário coordenador da ação, fazia a afirmação de que é a primeira vez na história do estado que se fala em estiagem, depois que vieram as chuvas.

Eu li essa matéria e me chamou atenção. E voltei ao ano de 2002, quando ocorreu uma das mais violentas estiagens neste estado. Naquele período houve muitas ações para socorrer o município, o agricultor e a agricultura. Mas, seis anos atrás Santa Catarina já colocou como contrapartida do estado, para atender um programa do governo federal solicitado por nós ao presidente da época, o valor de R\$ 6 milhões, quando o estado tinha apenas em torno de R\$ 350 milhões de orçamento mensal. Hoje, o estado de Santa Catarina chega a quase R\$ 1 bilhão no orçamento mensal. No entanto, deputado Lício Silveira, há apenas R\$ 2 milhões de contrapartida. É um valor que julgamos insuficiente e insignificante para atender à demanda e à necessidade e restabelecer, sobretudo, o ânimo da agricultura familiar catarinense.

Da mesma forma, quero manifestar-me a respeito de uma indicação que estaremos apresentando na tarde de hoje, e pedimos a compreensão de todos os deputados desta Casa pela sua aprovação. Na semana passada chegou as minhas mãos uma moção da Ameosc - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina -, representada por 100% daqueles municípios, 19 municípios. Os prefeitos daquela microrregião colocam a sua preocupação com relação ao Microbacias III, um programa que está voltado para atender a pequena propriedade rural.

Mas, para a nossa surpresa, o governo de Santa Catarina está solicitando aos agricultores que paguem 50% da assistência técnica para atender a esse programa. No instante em que assomamos à tribuna para pedir atenção ao extremo oeste, à agricultura, à pequena propriedade rural, o governo, em contrapartida, pela primeira vez na história, como nunca se viu em Santa Catarina, faz o pequeno agricultor pagar a assistência técnica oficial na sua propriedade. Essa é a forma de incentivo que o governo precisa dar aos agricultores da nossa região, do nosso estado, para aqueles que produzem alimento, que produzem divisas para a economia catarinense, e no entanto o governo pede que cada colono pague 50%.

Srs. vereadores de Saltinho que estão visitando esta Casa, está aqui o pedido para que o colono pague 50% da assistência técnica. Está virando moda neste estado empurrar as responsabilidades do estado para os municípios, para os colonos, para os agricultores.

Nós queremos aqui pedir ao governador, ao secretário de estado da Agricultura e ao presidente da Epagri que façam uma reflexão e analisem a economia do estado a fim de verdadeiramente valorizar aqueles que trabalham, produzem divisas,

que tiram da terra o sustento das nossas famílias e, sobretudo, produzem a economia do estado. E o projeto Microbacias prevê, nessa etapa, trabalhos em grupo com as famílias rurais; prevê ainda muita mobilização dos agricultores; prevê a conscientização das famílias para a gestão ambiental.

Esta Casa votou o projeto ambiental de Santa Catarina há alguns meses, e no projeto Microbacias, nessa etapa, também está contemplada a conscientização dos agricultores pela emissão da nota fiscal para garantir a devida movimentação da economia catarinense, para se ter retorno nos tributos. Por isso viemos aqui fazer, mais uma vez, o apelo ao governador do estado, ao secretário de estado da Agricultura e ao presidente da Epagri, para reverem essa posição, e que o estado possa dar a sua devida contrapartida.

Mas não posso também deixar de solidarizar-me, deputado Ismael dos Santos, com os representantes da Segurança Pública, nesta Assembleia Legislativa. Hoje pela manhã recebemos na nossa bancada uma representação da Polícia Civil do estado, dos servidores da Segurança Pública.

Nós queremos solidarizar-nos com a agonia que vive essa categoria. Desde que aqui cheguei, e faz poucos dias, já escutei muito. Muitas pessoas abordaram-nos por este estado afora, conversaram conosco nas audiências públicas, e já foram em nossa residência solicitar os seus direitos e as suas reivindicações. Vocês podem ter absoluta certeza da solidariedade deste deputado e da nossa bancada para verem atendidos os seus justos direitos reivindicados, porque fazem um trabalho exemplar em nosso estado.

Não é justo que a Polícia Civil de Santa Catarina carregue o título de ter o menor salário do nosso país. De maneira nenhuma concordamos com isso. Não é justo que o servidor da Segurança Pública não possa tirar férias, porque precisa fazer hora extra e precisa receber o salário de plantão, pois de outra forma não consegue pagar o transporte escolar e a mensalidade do seu filho na escola, não consegue honrar os seus compromissos.

(Manifestações das galerias)

Por isso, nós queremos dizer que vocês deverão vir sempre a esta Casa, porque é assim, na base da pressão, que as coisas funcionam.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, que representa a cidade de Blumenau, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores da Segurança Pública, policiais civis e militares que prestigiam esta sessão, senhores e senhoras. Eu naturalmente quero preambular, saudando os colaboradores, os servidores da Segurança Pública.

Nós estamos acompanhando os depoimentos dos srs. deputados. De fato, sabemos da deficiência existente nas chamadas políticas de Segurança Pública, quer na esfera federal quanto estadual, e sabemos da importância deste servidor que cumpre a missão de prevenir o crime, de fazer o policiamento ostensivo e de labutar pela segurança em suas múltiplas facetas. Ele naturalmente merece o nosso respeito e a atenção desta Casa Legislativa, pulmão da democracia catarinense.

É claro que os investimentos em Segurança Pública, como já disse, em nível federal e estadual sempre estão aquém da demanda e dos desafios. Mas isso, deputado Elizeu Mattos, não significa que o governo do estado, que os deputados da base aliada desta Casa, estejam distantes do clamor dos srs. membros da Polícia Civil, da Polícia Militar.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pedi o aparte a v.exa., pois daqui a pouco terei que sair para participar de uma reunião, a convite da base aliada, que dá sustentação ao governo, para uma reunião no Centro Administrativo, a fim de fecharmos uma proposta concreta de melhoria salarial para todos os policiais, a qual queremos encaminhar ainda hoje à noite, deputado Dagomar Carneiro.

Na verdade, fala-se muito em segurança pública, e tenho acompanhado nesta Casa os discursos fáceis, de aplauso fácil, mas não sabem o que estão fazendo. Vocês que têm nos acompanhado aqui nas galerias da Casa sabem que estou aqui há duas semanas, deputado José Natal, e não consigo ficar na nossa base eleitoral, para discutir a questão da melhoria salarial para toda a polícia, juntamente com o governador Luiz Henrique.

Queremos dar uma melhoria, mas com os pés no chão, de uma forma que as coisas venham a acontecer, que não seja somente um discurso fácil, mas uma coisa concreta. E isso todos nós temos feito juntamente com o governador. Agora, nós não podemos é confundir, fazer um discurso sem saber o que estamos dizendo somente para confundir as pessoas que estão aqui.

Quero dizer que esse plano poderá ser aprovado por todos os parlamentares, mas que se deve muito aos deputados que dão sustentação ao governador Luiz Henrique da Silveira, porque nós avançamos e estamos avançando muito para a melhoria de toda Segurança Pública do estado de Santa Catarina, não só para o policial "a" ou "b", dentro dos limites financeiros.

É muito fácil subir a esta tribuna para dizer que vai resolver a situação, enquanto no fundo, no íntimo, estão torcendo contra, ou seja, quanto pior, melhor; que nada aconteça, que a coisa se enrole e não haja dinheiro para dar aumento salarial para ninguém. Nós sabemos disso, e eu que estou aqui há dois anos, já conheço muitos. É muito fácil fazer discurso, o problema, e o difícil é achar o caminho.

Nós todos, os 27 deputados desta Assembleia Legislativa que dão sustentação ao governo Luiz Henrique Silveira, temos

procurado todos os dias achar o melhor caminho, um caminho concreto que venha, na realidade, melhorar o salário de toda nossa polícia. E esse é um compromisso do governador Luiz Henrique e dos 27 deputados. E não é só no discurso, senhores, mas, sim, fazer na prática.

Não adianta vir um projeto de lei que fique nesta Casa. Nós, que damos sustentação ao governo queremos mais que um projeto de lei, ou seja, queremos que ele vire verdadeiramente uma lei que venha beneficiar toda a Segurança Pública.

Muito obrigado!

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A palavra está mantida ao deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Espero, srs. servidores da Segurança Pública e srs. deputados que aqui estão, que essa reunião, logo mais às 18h, possa ser definitiva, produtiva, eficaz e eficiente nas suas medidas, fazendo com que haja a implementação de uma série de vantagens e de conquistas que os nossos servidores, trabalhadores da Segurança Pública merecem pelo seu trabalho e por sua dignidade.

Desejamos muito sucesso nesta reunião logo mais às 18h. E aí os srs. servidores da Segurança Pública, após esse projeto chegar a esta Casa, poderão cobrar efetivamente os resultados e a eficiência dessa lei que deve ser remetida, nas próximas horas, a este Parlamento.

Concluo, sr. presidente e srs. deputados, no tempo que me resta, apenas para sinalizar o nosso entusiasmo com as audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Nós acompanhamos várias delas, iniciando em São Miguel d'Oeste, passando por Lages e concluímos na última sexta-feira, em Blumenau.

Temos dito que ainda acreditamos no Orçamento Regionalizado pela sua função instrumental de ajudar a programar as ações do governo, pela sua função didática de ensinar o cidadão a tomar posse, a ter ingerência sobre a máquina estatal, pela sua perspectiva fiscalizadora, entendendo a saúde do Tesouro público, sobretudo pela sua função pragmática no sentido de distribuir as ações do governo do estado por todas as regiões do nosso território.

Por isso, espero que o nosso Orçamento Regionalizado possa fazer parte da peça orçamentária maior, que deverá vir a esta Casa no final deste ano, para votação.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Antes disso, esta Presidência registra a presença na Casa do prefeito de Balneário Camboriú, o sempre deputado Edson Piriquito.

Seja bem-vindo a esta Casa, deputado!

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, também quero registrar a presença, sr. presidente, do prefeito de

Ponte Serrada, Antoninho Rossi, do partido de v.exa., e nosso amigo. Desejo que se sintam bem entre nós aqui no Poder Legislativo.

Quero também cumprimentar todos os representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil e deixar registrado o meu reconhecimento pela importância do trabalho que executam. Vejo aqui policiais da Polícia Civil do município de Concórdia, que exporta mão-de-obra de qualidade. É um orgulho vê-los aqui. Claro que gostaria que fosse numa oportunidade diferente, na qual vocês pudessem ter mais prazer, estar numa posição melhor, mas temos que ter consciência da situação.

Quero dizer a vocês que sempre procuro aqui fazer meus discursos dentro daquilo que aprendi, ou seja, com responsabilidade. E tenho certeza de que haveremos de encontrar e construir uma proposta que possa agradar a todos os setores.

Sr. presidente, o assunto que me traz à tribuna desta Casa no dia de hoje, é a exposição que aconteceu, na semana passada, no município de Concórdia. Foi uma semana de festividades e o que mais marcou, o que mais possibilitou o sucesso do evento foi a exposição de bovinos e de suínos.

Concórdia e a região do meio-oeste têm a agricultura como base da sua economia. E pudemos ver mais uma vez que tanto a pecuária de corte, quanto a pecuária de leite apresentaram animais de extraordinária genética, de extraordinária qualidade. Inclusive tivemos o exemplo de um animal que produziu 72 litros de leite em 24 horas. Quer dizer, uma vaca que tem uma produtividade e uma carga genética como essa, pode participar de qualquer evento dentro do país. Da mesma forma na questão da suinocultura, que depois de mais de dez anos voltou a fazer uma exposição.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o primeiro presidente da Associação dos Criadores de Bovinos de Leite de Santa Catarina, dr. Celso Munaretto, assim como ao sr. Volmir de Souza, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos pelos seus 50 anos, oportunidade em que realizou uma exposição com material genético extraordinário, dando a todos os visitantes de outros estados, a possibilidade de ver o que é realmente a suinocultura e a bovinocultura de leite e de corte do estado de Santa Catarina.

Quando falo que estavam lá animais com esse potencial, deputado Joares Ponticelli, quero mostrar o que o nosso produtor ganha por um litro de leite e quanto o consumidor paga pelo mesmo litro de leite.

Solicito à assessoria, sr. presidente, que apresente o vídeo que mostrará, deputado Jailson Lima, o que é produzir leite e alimentos no interior do nosso estado.

(Procede-se à projeção do vídeo.)

Aí nós podemos ver que em 2007 o consumidor pagava R\$ 1,13 por um litro de leite; em janeiro de 2008, R\$ 1,22; em janeiro de 2009, R\$ 1,39. Vejam quanto o produto aumentou para o consumidor de janeiro a junho! A média do litro do leite aqui

em Florianópolis, está em R\$ 2,59, e em maio era R\$ 1,88. O produtor ganhava, em janeiro de 2008, R\$ 0,50 por litro; em janeiro de 2009, R\$ 0,54; em julho de 2009, o nosso produtor passou a ganhar em média R\$ 0,61, ou seja, quase quatro vezes menos do que paga o consumidor.

Muitas vezes nós escutamos a grande imprensa dizer que os produtos de alimentos serão os grandes vilões da inflação do mês de junho de 2009. Na verdade, isso acontece entre a cadeia produtiva e a rede distribuidora, mas não na rede de produção.

Isso não está na transparência, mas está aqui! Eu pediria que pudessem deixar a imagem: o queijo prato é vendido, deputado Manoel Mota, a R\$ 17,00 o quilo. O queijo mussarela, que é o queijo que as indústrias mais produzem, custa R\$ 15,00 o quilo. E o queijo parmesão, deputada Ada De Luca, v.exa. que também é uma dona de casa, é vendido, de R\$ 28,00 a R\$ 35,00.

A embalagem, deputado Manoel Mota, do leite, a Tetra Pack, custa entre R\$ 0,29 e R\$ 0,50 cada uma. A caixa, às vezes, é mais cara do que o que o produtor recebe pelo leite. Às vezes se diz que a embalagem está custando muito, por isso o preço final é mais alto. Mas eu tenho aqui também o preço do leite de saquinho plástico cobrado nos mercados em Florianópolis, aqueles que chamam de saquinho barriga mole, custa R\$ 1,65 o litro. Quer dizer, quase três vezes mais do que o nosso produtor recebe.

Srs. deputados, trago esses dados para dizer que nós precisamos construir uma política agrícola para o estado de Santa Catarina, porque já anunciaram que o governo federal tem R\$ 107 bilhões para investir na agricultura. Então, eu gostaria que me apresentassem um relatório para saber, de fato, quanto desse dinheiro chega às mãos do nosso produtor, ou seja, quanto, de fato, é emprestado para a nossa agricultura.

Por isso, se nós não tivermos cuidado, se nós não ficarmos atentos a essa classe, que na maioria das vezes paga para produzir, não saberia dizer o que pode acontecer no dia de amanhã.

Desculpe, deputado Manoel Mota, por ter utilizado alguns minutos a mais do tempo do nosso partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, o próximo orador é o sr. deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Vamos deixar acabar o horário do PMDB, depois v.exa. se pronuncia.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho a esta tribuna para fazer um pronunciamento muito importante, mas primeiro quero registrar a satisfação de poder ver aqui a nossa Polícia Civil, que merece um carinho muito especial e que tem feito tudo que pode para compor e buscar o que estão defendendo, e que é legítimo. Já me coloquei à disposição de

todos. Mas só não podemos aceitar o discurso demagogo, daqueles que ficam jogando para platéia, pois quando estiveram no governo não fizeram o que tinham que fazer. Quem ainda não foi governo, até conseguimos entender! Mas aqueles que já foram e vem aqui fazer pronunciamento para buscar aplausos? Acho que a população não tem memória curta!

Lamentavelmente, o discurso dos políticos quando estão na Situação é um e quando estão na Oposição é outro. Na minha vida sigo uma linha só. E tenho dito que a Segurança Pública, a Polícia Civil tem muito a receber. E nós vamos trabalhar para buscar esse equilíbrio. Mas não é com esses discursos demagogos jogados para platéia que nós vamos resolver o problema. Nós temos que trabalhar um projeto que seja aprovado nesta Casa e, com certeza, buscar o plano de cargos e salários que é uma luta antiga da Polícia Civil. E nessas negociações, evidentemente, está havendo a participação da Polícia Militar, pois queremos buscar o equilíbrio para que possa haver um bom encaminhamento e dar melhor segurança e motivação para aqueles que trabalham, porque se eles prestam relevantes serviços à sociedade, devem ser reconhecidos. Por isso, a motivação de trabalho para essas pessoas é muito importante!

Mas eu quero aqui dizer que trabalho, que luto há 18 anos por essa BR-101 e não posso admitir que cobrem pedágio de uma obra inacabada. Nós fomos eleitos para defender a sociedade e não podemos admitir que alguém coloque a mão no bolso do cidadão indevidamente, porque no momento em que abrirem um pedágio sem ter a estrada concluída estarão roubando dinheiro do povo.

Já disse que respondo a quatro processos na Polícia Federal e vou responder ao quinto, porque nós vamos fazer uma interdição por tempo indeterminado, muito em breve para que todos saibam que não é um grupo espanhol que virá aqui para o Brasil mudar as regras, pois para fazer isso eles terão que respeitar o contrato. Se o lado de lá diz que não tem nada a ver com isso, o lado que cá também não está pronto e não pode haver cobrança e aquele dinheiro tem que ser devolvido. Então, quero pedir aos deputados deste Parlamento que possamos ajudar a resolver esse problema.

Sábado passado houve uma mobilização, mas lamentavelmente, uma juíza concedeu uma liminar proibindo o prefeito Ronério de participar. Vejam bem, ela não deve nem ter lido esse contrato, porque se tivesse lido, com certeza não teria feito o que fez, pois consta lá no contrato que precisa haver a conclusão da obra para que seja cobrado o pedágio. E ela concedeu a liminar a duas entidades que não puderam participar, nem o prefeito.

Nós estivemos em Criciúma recentemente e a federação dos empresários estava radicalmente contra. Viemos aqui no sábado, um dia chuvoso, e por isso estava difícil, mas nós conseguimos fechar a BR-101. Eu sempre tive o apoio da Polícia Rodoviária Federal, mas como o povo tem força ela foi fechada. Não fechamos por muito tempo, para não complicar, porque estava chovendo.

No sábado que vem nós vamos mobilizar a BR por muito mais tempo e no sábado seguinte iremos trazer a Câmara de Vereadores de Osório até Palhoça, para que seja tomada uma decisão a respeito.

Eu acho que nós não podemos deixar que seja tirado o dinheiro do usuário da BR-101, porque o pedágio é para a manutenção da obra, e se ela não está pronta, estão tirando o dinheiro do povo indevidamente.

Não podemos aceitar isso. Por esta razão vamos tomar todas as medidas possíveis. E esperamos que com uma ação cautelosa no Rio Grande do Sul nós possamos impedir, esta semana, esse abuso da cobrança indevida do pedágio.

Mas se isso não acontecer, nós vamos fazer acontecer em Palhoça! O povo está sendo dividido por causa desse pedágio, pois quem anda 200m para lá o pedágio não tem validade alguma. Quer dizer, o pedágio ali é só para cobrar, para pegar o dinheiro do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito bem, deputado Manoel Mota. As medidas serão tomadas.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Plínio de Castro.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Eu quero apenas saudar os vereadores Antônio Comunello e Lauri Sebastião Gonçalves da Silva, do distante município de Saltinho, que visitaram o nosso gabinete e estão no plenário da Assembleia.

Sejam bem-vindos e se sintam à vontade nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos a este Poder.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por nove minutos.

(Manifestação das galerias)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero saudar os catarinenses que participam da nossa sessão de hoje, especialmente a família da Polícia Civil de Santa Catarina, que aqui se encontra muito bem representada em mais um dia de enganação, deputado Lício Mauro da Silveira.

E ao tempo em que saúdo todos, cumprimentando-os pela persistência, quero dizer que é muito bom que vocês estejam aqui hoje, para podermos ver quem é que faz discurso demagógico nesta Casa.

O deputado que me antecedeu fez um discurso tão contundente quando o que fez agora sobre o pedágio, quando da aprovação da Lei Complementar n. 254. Ah, como eu me recordei! Essas galerias estavam lotadas de militares e eu disse: Olha, tomara que isso não seja um cheque sem fundo, tomara que isso não seja um aumento virtual! Cinco anos depois, infelizmente,

ficou comprovado que aquele aumento era virtual, que o cheque era sem fundos. E agora, deputado José Paulo Serafim, ao ouvi-los aqui, a impressão que se tem é que nós é que criamos o problema! Eles estão vindo fazer um discurso como se fossem Oposição! Esquecem, deputado Plínio de Castro, que estão completando sete anos no governo! Quem levou, quem rebaixou, deputado Jailson Lima, o salário do delegado de Santa Catarina ao pior salário do Brasil, deputado Ismael dos Santos, é quem está no governo agora! É quem está há sete anos no governo!

Eu tenho aqui a tabela. O pior salário de delegado de polícia do Brasil é o de Santa Catarina. Isso é uma vergonha! Isso não é compatível com o nosso padrão, com o padrão da gente catarinense. O deputado que me antecedeu veio aqui falar que isso tudo é demagogia. Demagogia é mudar de assunto aqui quando não fala, por exemplo, da reposição salarial que vocês não tiveram em sete anos e nem da inflação!

É verdade que o governo que eu defendi nesta Casa não deu os aumentos que a categoria merece, mas pagou, durante quatro anos, 28,5% da inflação daquele período. No mínimo, a inflação do nosso período nós pagamos.

Mas é bom que o servidor não esqueça os três meses de salário roubados dele pelo governo do PMDB. Isso não pode ser esquecido, porque o maior ladrão, deputado Kennedy Nunes, é o que rouba salário. Não há ladrão maior do que aquele que rouba salário do funcionário, e o governo do PMDB roubou!

Isso não está esquecido, não! Eles querem passar por cima disso, passar batido, fazer de conta de que não foi com eles. Roubaram três meses de salário do servidor e agora enganam a Polícia Civil como enganam a Polícia Militar, como enganam os aposentados há sete anos. O servidor aposentado está morrendo à míngua. Tivemos 52% de inflação nesse período, deputado Jailson Lima, e o servidor teve 1% de reposição.

Quero dizer para todas as carreiras da Polícia Civil aqui representada que quem criou o problema não foi a Oposição, não! Quem as chamou aqui hoje não foi a Oposição. Demagógico é o discurso que querem fazer para justificar o que não tem justificativa!

Marçaram primeiro a data de 9 de junho, depois a data de 15 de junho, depois 30 de junho, e agora vêm aqui dizer que não conseguiram ainda se reunir, que precisam de uma nova reunião hoje. Por que não marçaram isso antes?! Não tiveram tempo em sete anos de governo?!

Mas sabem por que acontece isso, deputados Kennedy Nunes e José Paulo Serafim? É porque a polícia de Santa Catarina está sendo comandada por político. Não é nem por político, é por político, que só tem interesse no voto!

Por isso que eu quero pedir que aquela proposta de emenda à Constituição que apresentei aqui saia da gaveta adormecida dos governistas, para que coloquemos na Constituição de Santa Catarina, para todos os governos que vierem, que a

polícia tem que ser comandada por polícia. Polícia não pode ser comandada por político interessado no voto.

Nós temos um comando da polícia partidário. As viaturas da PM só faltam circular com o 15 estampado na porta e os seus praças tendo que colocar o adesivo no peito.

Partidarização como nunca a instituição quase bicentenária da Polícia Militar viu acontecer no estado por nenhum outro governo, nem do PMDB. E a Polícia Militar está nesse processo de enganação!

Meu Deus do céu, o governador não pode ficar tão insensível a toda essa situação! A Polícia Civil, o delegado e todas as carreiras têm a função primeira de garantir ao cidadão o direito de ampla defesa. Esta é uma função do estado. Esse povo não pode ser tratado assim, deputado Ismael dos Santos. Ele não pode vir com esse joguinho, com essas desculpas. Precisamos nos reunir para conversar sobre esse assunto sete anos depois, para um governo que veio para resolver o problema. E ainda quer jogar culpa naquele que há sete anos desocupou o palácio!

Isso é querer enganar da forma mais sórdida! Não encaminharam hoje porque o governo, deputado Décio Góes, é fraco, porque o governo é covarde, porque o governo, na semana passada, pode ter certeza, foi submetido à chantagem.

Eu não sei qual foi a fita: se foi a fita da Marlene Rica ou se foi a do palanque da primeira campanha aqui na capital. Mas não tenha dúvida de que foi chantagem! E governo que se submete a chantagem é governo fraco, é governo desmoralizado, é governo que perdeu a autoridade!

Enquanto isso o delegado Ronaldo Benedet... Desculpem, foi um equívoco, o termo delegado não seria apropriado, pois da forma como comanda deveria ser xerife, a ala velha estilo xerife, porque é assim que a nossa polícia e a segurança têm sido tratadas neste estado. Partidária e politicamente o objetivo é o voto, como já vimos acontecer em 2006 e se avizinha para 2010.

Governador Luiz Henrique, assumo o comando desse problema. Sei que sua excelência me assiste pouco, mas dos seus quase 60 secretários deve haver uma boa parte de desocupados me assistindo agora. Assumo o comando, governador. Não deixe mais nas mãos de pessoas que só querem o voto. Cuide dessa questão.

Nós já tivemos um episódio lamentável em Lages. E prestem atenção vocês: esse jogo outrora foi para jogar oficial contra praça e agora estamos vendo o governo num jogo sórdido querendo jogar militar contra civil. Que bom que vocês não estão entrando nessa. Que bom que as bases da polícia já perceberam que esse é um jogo de quem quer criar dificuldades para vender facilidades.

Nós vamos continuar aqui na vigiância porque temos autoridade para isso, a autoridade de quem, no mínimo, pagou a inflação. E agora queremos cumprir a data que eles marçaram, de quem está há sete anos no poder e infelizmente continua enganando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital Alesc, eu quero ficar única e exclusivamente com a última parte do pronunciamento do deputado Joares Ponticelli.

Quero dizer a ele que concordo quando disse que o governador Luiz Henrique da Silveira deve assumir sozinho essa situação, não deixando ninguém realmente fazer politicagem em cima disso, pois com certeza absoluta é uma categoria que merece.

Quero ficar com isso, não quero criticá-lo por suas palavras, porque o papel da Oposição é exatamente esse, como diz o deputado Elizeu Mattos e eu concordo: quanto pior melhor. E aqui o governador Luiz Henrique, a base do governo, com certeza absoluta, não quer o quanto pior melhor. Nós queremos o melhor para a Polícia Civil e Militar e para toda Santa Catarina.

Nós, pelo menos este deputado da bancada do PSDB, que representa todos os catarinenses, não viemos a esta Casa para representar somente quem votou em nós, temos obrigação com todos os catarinenses. E o que disse o deputado Plínio de Castro de que deveriam vir para cá, pois esta Casa só trabalha sob pressão, não é verdade. Não saiam desta Casa, senhores e senhoras e membros da Polícia Civil, com esse pensamento ou com essa frase colocada pelo referido deputado.

A maioria das sras. deputadas e dos srs. deputados que aqui está, trabalha em defesa do povo catarinense. Pelo menos este deputado vota de acordo com a lei, vota de acordo com a sua consciência. Às vezes pode prejudicar, mas isso é uma minoria e não uma maioria, e se a minha consciência disser que estou correto, podem contar comigo.

O discurso fácil é realmente fácil de fazer. Mas quero me somar ao deputado Elizeu Mattos de que quem vai dar sustentação e os votos para o plano de cargos e carreira dos senhores da Polícia Civil do estado de Santa Catarina somos nós, deputados desta Casa, e a maioria é da base do governo!

Eu não trabalho sob chantagem, nunca trabalhei. Quando me procurou a presidente da entidade que representa os senhores, eu disse a ela o seguinte: "não precisa perder tempo comigo, pois terão o meu apoio do início ao fim, porque conheço a luta da Polícia Civil. É aquela que vai investigar minuciosamente, é aquela que, através de um boletim de ocorrência na delegacia, vai nortear a vida da pessoa num processo judicial. É um trabalho de extrema responsabilidade e de muita importância para Santa Catarina. Ela lida com bandidos de todos os níveis e faz um trabalho de investigação de orgulhar a todos os catarinenses."

Então, aqui está um deputado que, podem acreditar, não precisa ser bajulado pelos senhores, não precisa que outros

deputados peçam a vocês que o bajule para ter o seu voto, não. O meu voto será dado com consciência, como tenho certeza absoluta de que será o voto da bancada do PSDB, um voto com reconhecimento por tudo aquilo que fizeram e irão fazer por Santa Catarina, independentemente do governo que aqui estiver.

Levem isso para casa: este deputado não vota sob pressão, como também esta Casa não trabalha sob pressão. E temos, sim, neste estado, um governo responsável que pensa junto: Leonel Pavan e Luiz Henrique da Silveira. E quando foi julgada inconstitucional a Lei n. 254, quando no primeiro momento fomos convidados a discutir o problema de vocês, o governador Luiz Henrique da Silveira disse o seguinte: "Ninguém terá prejuízo com a inconstitucionalidade arguida na Lei n. 254. Vamos dar um jeito e ninguém vai perder salário".

Tenho certeza absoluta de que se o projeto dos senhores não está nesta Casa é porque algum empecilho político realmente aconteceu, algumas vaidades não foram esquecidas. Mas não é a vaidade do governador Luiz Henrique da Silveira, não é a vaidade do líder do governo, não é a vaidade deste deputado que também é líder da bancada do PSDB e está representando o governo nesta Casa. Temos consciência absoluta de que o que faremos será feito para vocês, para toda a vida, porque é o que nós queremos.

Na condição de funcionário público municipal, disse ao governador Luiz Henrique da Silveira que provavelmente não existe nada mais triste do que um funcionário público encerrar a sua carreira sem ter uma carreira definida. Por isso podem contar com o apoio deste deputado e da bancada responsável do PSDB.

O discurso fácil é vir aqui jogar palavras ao vento, ao léu e um abraço. E o que acontecer depois, podem dizer que foi por aquele discurso ou por alguma outra coisa. Mas não, aqui se faz as coisas com o pé no chão e com responsabilidade, a qual deve vir pronta e acabada, para depois não ser perdida na Justiça.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Primeiramente, quero parabenizar os policiais, os comissários, os delegados, a família da Polícia Civil de Santa Catarina pelas manifestações que têm feito nos últimos dias de forma educada, elegante, solicitando justamente uma melhoria salarial para suas carreiras. Quero deixar registrada aqui essa realidade importante.

Em segundo lugar, deputado José Natal, quero dizer que todos nós temos plena consciência da fundamental importância do trabalho dos policiais civis e militares, mas neste caso dos policiais civis que se fazem presentes, que muitas vezes colocam-se como escudo humano, arriscando suas vidas para defender a sociedade como um todo.

Todos nós estamos imbuídos de boas intenções, todos nós estamos comprometidos com o plano de carreira e com a melhoria salarial dos policiais civis e mili-

tares, com as pessoas que trabalham na Segurança Pública de Santa Catarina. Eu tenho plena convicção de que assim que o governador mandar para esta Casa o projeto, e isso deverá acontecer ainda na tarde de hoje, nós vamos debatê-lo, vamos analisá-lo com sensibilidade e vamos fazer justiça, melhorando as condições de trabalho e, sobretudo, a remuneração dos policiais civis e militares de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Deputado Darci de Matos, se o referido projeto ainda não está nesta Casa é porque, volto a dizer, temos um governo responsável que conversa com a bancada. No primeiro momento em que discutimos, quando um erro foi detectado, o governador determinou que o projeto fosse refeito, levando para ele como está agora e como ficará no futuro, que aí ele daria a sua palavra final.

Aconteceu a segunda reunião, mas não veio a contento do que pretendia o governador. E para vocês não perderem no futuro, voltou, agora, com certeza absoluta, para contemplar.

Portanto, somo-me ao deputado Darci de Matos, com relação ao jeito elegante como vocês têm conversado com todos os deputados, porque essa é a forma democrática de reivindicar.

Voltarei depois, no período de tempo seguinte em que estou inscrito, para falar da frase que o presidente Lula disse quando esteve em Itajaí, na sexta-feira, para criar um ministério. Ele disse à imprensa mundial que o Brasil foi construído para não funcionar. Esse é o Lula.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só para registrar que a nossa jornalista Suelen Costa, da TVAL, está na final do Prêmio Fatma de Jornalismo. A reportagem classificada trata da produção de biogases em Santa Catarina. Fica aqui, ao mesmo tempo em que a cumprimentamos, a nossa torcida para que ela possa trazer este prêmio para a Assembleia Legislativa e para a TVAL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, policiais civis que permanecem neste Poder Legislativo esperando chegar o projeto do plano de carreira, tão esperado por tantos anos, quero falar de um assunto que o deputado Manoel Mota já falou na tarde de hoje, ou seja, a continuidade do absurdo da cobrança de pedágio numa rodovia inacabada, na cidade de Palhoça.

Continua a mobilização da população das comunidades de Palhoça e cidades vizinhas - e estão convidados todos

os parlamentares e todos os cidadãos e cidadãs catarinenses para participarem desse processo -, todos os sábados pela manhã, na praça de pedágio, em Palhoça, contrárias à cobrança de pedágio naquela localidade. Aliás, a nossa posição é contrária à cobrança de pedágio em qualquer lugar, em qualquer rodovia no estado de Santa Catarina.

É preciso, evidentemente, que a população, que os setores da sociedade participem cada vez mais nesses processos de mobilização, porque só assim é que se vai mobilizar as autoridades federais, as agências de transporte terrestre, para que suprimam aquele absurdo que está acontecendo na cidade de Palhoça. É um absurdo, uma irresponsabilidade do poder público, transferir para as costas da população mais um imposto, através da cobrança de pedágio.

Dizem que no Brasil os impostos já são muitos, mas os mesmos que dizem isso, por outro lado, apoiam a cobrança de pedágio. Temos dito que tem que cobrar impostos de quem pode pagar, mas o dinheiro dos impostos cobrados deve ser usado para prestar os serviços que a população precisa, que a sociedade precisa. Quanto à construção e a manutenção de rodovias, já existem impostos que são cobrados da sociedade para a sua manutenção e para a sua construção.

Convido todos para a audiência pública na Câmara de Vereadores de São José, hoje, às 19h, para discutir a manutenção da Universidade de São José como uma instituição municipal pública e gratuita, porque alguns setores da administração municipal estão falando que ela é inviável, que precisa se autogerir, que precisa buscar recursos. Estão dizendo que ou se cobra mensalidade ou privatiza ou, então, deixará de existir.

A nossa posição é junto com a população de São José, junto com os trabalhadores, que não têm como pagar uma mensalidade de universidade privada, junto com os estudantes da USJ. São 837 estudantes que estão realizando cursos naquela universidade de forma pública e gratuita; portanto, existe a necessidade da manutenção.

Assim como no conjunto da população de São José que sabem desse assunto, a nossa indignação e espanto é saber que o prédio que foi construído para ser o Colégio de Aplicação da Universidade de São José, na beira-mar, com o dinheiro do Fundeb, Fundo Nacional da Educação Básica, agora, segundo os setores da administração municipal, deve ser usado para ser um centro administrativo, para ser o palácio do prefeito de São José. Em vez de servir para a educação básica durante o dia, atendendo cerca de cinco mil estudantes de educação fundamental e pré-escolar, e à noite para atender aos estudantes universitários, o prefeito quer usar o prédio para fazer a sua sede administrativa - pelo menos é o que dizem.

Haverá, portanto, uma audiência pública, hoje, às 19h, na Câmara Municipal de São José, para discutir a permanência da universidade daquela cidade como pública e gratuita.

Quanto a nós, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a base da

Polícia Civil, continuaremos em alerta de hoje para amanhã, e pelo tempo que for necessário, esperando que chegue aqui neste Poder, enfim, algum projeto de legislação, alguma medida provisória, que possa efetivamente fazer justiça. E estamos muito preocupados com a possibilidade de algum outro encaminhamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Eu gostaria de fazer uma convocação, ou apenas comunicar novamente o que já havíamos comunicado, ou seja, que às 17h teremos uma reunião do Fórum Permanente que trata da discussão da demarcação de terras indígenas na região norte de Joinville.

Teremos aqui presentes inúmeras pessoas ligadas a esse problema. Portanto, estamos convocando os deputados que fazem parte desse Fórum para que às 17h estejam todos a postos, porque teremos apenas uma hora de reunião, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Está feito o seu registro e o seu convite.

Continua com a palavra o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, vamos fraternalmente dividir o nosso tempo com o nosso deputado José Paulo Serafim, nosso companheiro da cidade de Criciúma, que tão bem representa o povo catarinense neste Parlamento.

Eu fico pasmo quando aqui se aborda questões do estado, como o que foi abordado por diversas vezes hoje, tendo em vista o plano de cargos e salários da Polícia Civil. E tergiversam sobre o tema, partindo para o contexto nacional, como fez o nosso companheiro e amigo deputado José Natal. E, diga-se de passagem, s.exa. faz isso muito bem, tendo em vista que o seu Partido, assim como nós esperneamos aqui, também esperneia neste Brasil, com uma diferença muito clássica e clara: o nosso presidente constrói, hoje, um Brasil diferente daquele que pegamos. O nosso país é governado sem precisar vender patrimônio público. E logicamente que o nosso presidente, um pobre metalúrgico, não tem memória para saber de tudo. Se no estado já não se sabe, imagine neste Brasil. Mas, no entanto, com uma equipe competente, com clarividência e sapiência, principalmente com a compreensão da necessidade do desenvolvimento econômico, associado ao desenvolvimento social, este país trilha tranquilamente nessa crise internacional.

Está aí claramente a dívida interna brasileira diminuindo, as nossas reservas

cambiais crescendo, os nossos superávits comerciais também crescendo, como ocorreu no mês passado, assim como a China, por exemplo, que chegará a 2,5 bilhões de dólares.

Então, é com muita tranquilidade que também os vimos aqui, na tribuna, pautarem o nosso governo federal com uma diferença: o nosso governo debate claramente com a base e com as estruturas sindicais mostrando que é um governo de diálogo, um governo que compreende as mudanças, deputado Plínio de Castro, que o país requer. Enquanto que aqui, infelizmente, no momento depois de serem aprovadas essas leis, depois de se fazer projetos e principalmente promessas, as coisas não são executadas. Essas são diferenças claras entre o nosso governo e este que está aí passando.

Por isso fiz questão de fazer este registro, deputado José Paulo Serafim, antes de passar a palavra a v.exa., de que o nosso governo, neste país, cumpre com o cartilha e o compromisso que teve com o povo brasileiro. O governo deste Brasil, em nível nacional, tem reflexo quando intervém e quando argumenta nas políticas que o mundo tem que ter, principalmente no controle dos cenários econômicos, eis que o governo americano, pela falta de controle interno, produziu essa crise internacional, levando quase que o mundo todo à bancarrota.

Porém, é com muita tranquilidade que vemos a esta tribuna para defender o governo federal que, neste Brasil, mostra que administra de forma diferenciada. Por isso, deputado José Serafim, quero convidar v.exa. para complementar o tempo do horário do partido que temos nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pelo restante do tempo do PT, o deputado José Serafim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade, nesse pequeno tempo, deputado Jailson Lima, em que estou deputado andando na região, em algumas entrevistas na rádio, em jornais, o que a população tem mais me perguntado é sobre o problema que vivemos hoje quanto à questão da segurança pública.

A questão da segurança pública é gravíssima. As pessoas me perguntam, nas entrevistas, o que fazer para resolver essa questão. E sempre tenho dito que tem que se fazer uma análise profunda, pesquisas, para se identificar aonde é que está o problema.

Mas hoje, deputado Dirceu Dresch, estou notando que não é preciso muita pesquisa para se aprofundar na questão da falta de segurança pública. É reivindicando que iremos nos aprofundar nos problemas da Polícia Civil, e assim dá para sentir que, primeiro, está faltando futuro na Polícia Civil, está faltando efetivo, e há o problema de salários.

Participei de uma reunião em Içara, Criciúma, enfim, na região, com os policiais civis, e não acreditei quando me mostraram as folhas de pagamentos, os salários que eles recebem. Na verdade a

maioria das categorias de mineiros ganha o dobro, não querendo desmerecer os policiais e nem os mineiros, mas são profissões de risco, os mineiros merecem os seus salários. Agora a Polícia Civil também merece, porque faz a investigação que garante a segurança da população de Santa Catarina.

Então, eu não tenho dúvida que dá para identificar, não precisa mais fazer pesquisa. Não existe efetivo, a estrutura é mínima e os salários são baixíssimos. As pessoas têm que trabalhar, tem que ser policial e ainda se preocupar com a qualidade de vida, porque na verdade o salário não dá nem para comer.

O Plano de Cargos e Salários é, na verdade, fundamental para resolver o problema da segurança de Santa Catarina. Um deputado que me antecedeu comentou que o Lula disse que esse país foi feito para não funcionar. Mas são essas estruturas que tem que ser mudadas! Eu estava ouvindo o discurso do Lula no município de Itajaí, onde ele disse isso mesmo, porque com relação a BR-101, na verdade, ele se surpreendeu com o atraso, porque achava que já era o momento de vir inaugurar a rodovia. E aí se discute muito. Mas o governo federal tem dito que dinheiro não falta para a duplicação daquela BR.

Estava analisando ontem, numa reunião que tivemos na Acic, com os deputados do sul, que não são só as obras do governo federal que estão atrasadas, mas também as obras do governo estadual.

Aí a estrutura deste país, na verdade, tem que mudar em relação a isso, e o presidente da Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina, na audiência que houve ontem em relação à BR-101, disse que o governo Lula tem que agir igual aos empresários, igual a ele, que é presidente da federação, ou seja, quando um trabalhador da indústria dele não produz, ele bota para rua.

Naquele momento fiz uso da palavra e disse a ele que quando uma empreiteira ganha uma licitação, no caso da duplicação da BR-101, mas não tem capacidade de fazer a duplicação, ganhou só por ganhar, e interrompe toda a obra da BR-101, isso é de responsabilidade do governo e também dos empresários irresponsáveis que entram na licitação, ganham, mas não têm a capacidade de tocar.

Então, na verdade, tem que mudar toda essa estrutura mesmo, tanto do governo estadual quanto do governo federal, que parece que foi feita para não funcionar.

Assim, acho que é fundamental a participação do Parlamento para essas mudanças. E aí no projeto que está para vir, que o governo chamou agora e que ia entrar hoje, que é o Plano de Cargos e Salários da Polícia Civil, é fundamental a participação do Parlamento. O Parlamento é que vai fazer as mudanças dessa estrutura do governo que não funciona, tanto em relação à Segurança Pública como para as obras do governo federal...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Concedo mais 30 segundos, deputado José Serafim, para concluir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM - Então, fica claro que existem problemas, e o Parlamento é fundamental para essas mudanças, porque o Parlamento, na verdade, não pode ser submisso, não pode servir só de referendo para o Executivo. Nessas horas temos que ter autonomia para fazer essas mudanças, e por isso é fundamental que esse projeto do Plano de Cargos e Salários venha para cá para discutirmos e aprovarmos com autonomia.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Obrigado, deputado José Paulo Serafim. Deputado Antônio Aguiar, o deputado José Paulo Serafim está se readaptando a esta Casa e, com certeza, vai em breve voltar na plenitude, inclusive do mandato.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0030/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização indicando hospitais nas rodovias estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade, inclusive com o voto favorável do deputado Joares Ponticelli.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0091/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que dispõe sobre modalidade de incentivo à melhoria das condições da rede estadual de ensino através da disposição de espaços físicos às Associações de Pais e Professores - APPS, das respectivas unidades e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0221/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a instalação de balanças fixas e/ou móveis nas rodovias catarinenses.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0371/2007, de origem da comissão de Legislação Participativa, que denomina Escola de Ensino Médio Jacó Anderle a instituição de ensino da rede pública estadual situada na Rua Francisco Fausto Martins, s/n, no bairro Vargem Grande, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0405 e 0407/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0406/2009, de autoria da deputada Odete de Jesus; 0408, 0409 e 0410/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0411, 0412, 0413, 0414 e 0415/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar esta indicação, pois de fato existe uma grande preocupação. Nós temos uma estrutura com muitos técnicos extensionistas, agrônomos, contratados. Agora, há a informação de que vai sobrar um monte de pessoas, de técnicos do programa, e em muitos municípios estão forçando os agricultores a assumir o custo desses técnicos. Isso nós não podemos aceitar. Nós queremos que o estado continue pagando esses técnicos para que continuem a trabalhar no programa Microbacias.

Então, esse é o teor da indicação e também, juntamente, há uma preocupação com todo esse público, essas pessoas que estão lá na ponta trabalhando e que hoje estão prestes a perder o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0416, 0417 e 0418/2009, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch; 0419/2009, de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann; 0420/2009, de autoria da bancada do PT; 0421/2009, de autoria da deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, apenas gostaria de justificar a minha ausência na sessão de amanhã porque estarei com o governador Luiz Henrique da Silveira em audiência com o ministro dos Transportes para tratar justamente da questão da BR-470 e

da ponte. Talvez o deputado Jailson Lima também esteja acompanhando essa audiência. Mas gostaria, desde já, de justificar a minha ausência na sessão de amanhã, quarta-feira.

Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro e a justificativa do deputado Jean Kuhlmann.

Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0422/2009 e 0423/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0424/2009, de autoria do deputado Plínio de Castro...

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Plínio de Castro.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Quero apenas dizer que recebemos uma correspondência de todos os prefeitos da Ameosc - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - manifestando preocupação quanto a intenção do projeto em destinar parte do custeio da assistência técnica, ou seja, metade, aos produtores rurais, bem como a diminuição do número de facilitadores.

Por isso apresentamos esta indicação e esperamos merecer a aprovação de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0425/2009, de autoria do deputado Plínio de Castro.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Plínio de Castro.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, já me pronunciei na semana que passou a respeito dessa preocupação. Na última reunião ampliada que houve no município de Itapiranga, acompanhada por parlamentares do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ficou estabelecido no cronograma de trabalhos a data de 08 de agosto para a segunda reunião, para a qual haveria a necessidade de termos dado já alguns passos.

Essa iniciativa visa possibilitar que o governo federal dê início às tratativas para a construção de uma ponte sobre o Rio Uruguai, ligando o município de Itapiranga à Barra do Guarita, no estado do Rio Grande do Sul.

A BR-163 tem o seu curso interrompido no município de São Miguel d'Oeste, portanto os trechos de Itapiranga e Iporã do Oeste são SC's, ou seja, rodovia estadual, bem como de Iporã do Oeste a São Miguel do Oeste.

Portanto, o governo do estado, através do Deinfra, da secretaria dos Transportes, precisa iniciar urgentemente as tratativas com o DNIT nacional para transferir esses trechos rodoviários estaduais para o governo federal, não quebrando a sequência da BR-163, permitindo assim o andamento da construção daquela ponte sobre o rio Uruguai em Itapiranga, muito reivindicada pela nossa região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Plínio de Castro.

Ainda será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0426/2009, de autoria o deputado Moacir Sopelsa, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0814/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0817/2009, de autoria da deputada Angela Albino; 0818/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0819/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0820/2009 e 0822/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0823/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0824/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0825/2009 e 0826/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0828/2006, de autoria da deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, queria com a aquiescência do deputado Pedro Uczai, com quem já conversei, subscrever o Requerimento n. 0826/2009 e, se possível, estender os cumprimentos a toda diretoria, ao vice-presidente, ao tesoureiro e ao secretário, pela eleição no DCE na Furb.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro deputado Giancarlo Tomelin. Com a aquiescência do deputado Pedro Uczai, v.exa. também subscreve o requerimento.

A Presidência comunica que defere ainda os Requerimentos n.s.: 0829/2009, de autoria do deputado Edison Andriano; 0831/2009 e 0832/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0833/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0834/2009, 0835/2009 e 0836/2009 de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0838/2009, de autoria da liderança do PP.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quanto ao Requerimento n. 0838/2009, de procedência da bancada, eu quero dizer que daqui a pouco vai acontecer em Criciúma, no Teatro Elias Angeloni, a posse do professor Gildo Volpato no comando da Unesc - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina. Quero cumprimentar o professor Gildo, que é o vice-reitor atualmente.

Houve uma eleição consagrada, deputado José Paulo Serafim, e, pela sua competência e dedicação, tenho certeza de que o professor Gildo Volpato, com toda sua equipe, fará uma grande gestão dando continuidade a gestão do professor Antônio Milioli Filho, inovando e fazendo com que a nossa Unesc continue orgulhando o sul de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Requerimento de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o

envio de mensagem telegráfica à direção do Campus de Florianópolis do Instituto Federal de Educação a pedindo a revogação da ordem de proibição de acesso pela Ubes aos estudantes daquela instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Empresa Oi, solicitando a expansão da rede de telefonia na localidade de Fazenda de Dentro, no município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pedindo a instalação da 2ª Vara da Comarca no município de Maravilha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pedindo a criação de mais uma vara judicial na comarca de Maravilha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, pedindo a realização de audiência pública, no município de Braço do Norte, no dia 9 de julho do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, está sendo implantada no município de Anitápolis uma

fosfateira, e o deputado José Paulo Serafim sabe o quanto este assunto está polêmico em toda a região, porque estão localizadas em Anitápolis as principais nascentes do rio Tubarão e de todos seus afluentes. A região não conhece os riscos ambientais que essa fosfateira pode produzir.

Então, há uma insegurança e uma preocupação muito grande em toda a região do vale de Braço do Norte, em toda a região do vale do rio Tubarão, no Complexo Lagunar, com a falta de conhecimento, com os riscos ambientais que esse empreendimento pode gerar, porque qualquer acidente ambiental nas nascentes dos rios poderá trazer consequências danosas para toda região.

Neste sentido, deputado José Paulo Serafim, nós pretendemos a realização de uma audiência pública em Braço do Norte, a cidade pólo do vale, que receberia os primeiros efeitos de um eventual acidente ambiental.

Por isso queremos conhecer os prós e os contras da instalação dessa fosfateira no município de Anitápolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Os srs. deputado que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Queria registrar com muito orgulho a presença neste Parlamento do sr. Antônio Mateus Rubel, mais conhecido como Toninho, do município de São Paulo, muito ligado ao ex-deputado Ricardo Izar. Ele está visitando o Parlamento e aprendendo um pouco porque deve ter carreira política em São Paulo. Desejo que o sr. Antônio Mateus Rubel seja muito bem recebido no Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Moção de autoria do deputado José Paulo Serafim, a ser enviada aos presidentes da Fenaj e do SJSC, solicitando apoio à obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado José Serafim, a ser enviada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, manifestando contrariedade à não exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Darci de Matos, a ser enviada ao reitor da UFSC, solicitando a implantação do curso de licenciatura em Música, no *campus* do município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Darci de Matos, a ser enviada ao reitor da UFSC, solicitando a implantação do curso de Engenharia de Pesca, no *campus* do município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Reno Caramori, a ser enviada ao coordenador de Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do RS da ANTT, apelando por medidas urgentes visando a construção de uma rótula na BR-116, interseção com a SC-302, no município de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao superintendente regional do Dnit, solicitando a colocação de *guard rail* no canteiro central da via expressa BR-282, entre Florianópolis e São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando por urgente na dedução do Imposto de Renda, das despesas decorrentes de catástrofes naturais e de incêndios, às pessoas idosas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao prefeito municipal e aos vereadores da Câmara de Florianópolis, apelando urgentes estudos para a demarcação de vagas de estacionamento para idosos, nos termos do Estatuto do Idoso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da sra. deputada Angela Albino, a ser enviada a Defensoria Pública Geral da União e a Defensoria Pública da União, cumprimentando-as pela realização do 2º Encontro Institucional pela criação da defensoria pública estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro da Saúde e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando intervenção para que os valores financiados para os atendimentos a pessoa portadoras de deficiência, contratualizados com as Apaes, sejam mantidos conforme dispõe a Portaria n. 1.635/GM.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao reitor do Centro Universitário de Brusque, apelando pela revogação em todos os seus termos das Portarias de n.s 034, 035, 044, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086 e 087/09.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Edison Andriano, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro dos Transportes e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando medidas administrativas para suspender em caráter provisório a cobrança de pedágio no km 221, da BR-101, no município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Solicito permissão para subscrever a matéria.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. de deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Solicito permissão para subscrever a matéria também, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O sr. deputado Edison Andrino aquece, srs. deputados.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Federação Nacional de Jornalistas e do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, manifestando solidariedade aos bacharéis de jornalismo e apoio às iniciativas legislativas que visem instituir a obrigatoriedade da obtenção do diploma de Bacharel para o exercício da profissão de jornalista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, o deputado José Paulo Serafim também fez moções no sentido de manifestar a contrariedade com relação à decisão do Supremo que cassou o diploma de jornalista há cerca de 15 dias, e também em solidariedade à Federação Nacional dos Jornalistas e ao Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. E a nossa moção é no sentido de nos solidarizar com todos os jornalistas por essa situação constrangedora que foi criada pelo Supremo Tribunal Federal no momento em que cassou o diploma de todos os jornalistas do Brasil dizendo que não é mais obrigatório ser jornalista para exercer a profissão.

Sendo assim, nós poderíamos também, numa analogia, ter qualquer pessoa trabalhando como policial, como advogado, ou mesmo qualquer pessoa trabalhando como juiz. Se o diploma de jornalista não é necessário, se não faz a menor diferença na hora do exercício da profissão, isso põe por terra todas as ciências, todas as linhas de conhecimento devidamente regulamentadas no Brasil inteiro.

Por isso, nós nos solidarizamos com todos os jornalistas do Brasil, especialmente Santa Catarina, com a Federação dos Jornalistas e com o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Estamos enviando também uma moção aos senadores e aos deputados federais no sentido de que construam uma lei, uma proposta de emenda constitucional que tramite no Congresso Nacional no sentido de instituir o diploma de jornalista como obrigatoriedade no exercício da profissão, o que é justo e é o que pode devolver a dignidade e o respeito ao profissional dessa área tão importante para a sociedade brasileira e qualquer sociedade no mundo.

Portanto, pedimos o apoio na aprovação desta moção para que seja restituído o reconhecimento do diploma de jornalista para o exercício da profissão.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, gostaria de pedir permissão ao deputado Sargento Amauri Soares para me somar ao seu pronunciamento, porque já o fiz no dia seguinte em que o Supremo cometeu esta barbaridade, esta infantilidade, esta falta de bom senso quando julgou que não há necessidade de ser bacharel para exercer a profissão de jornalista.

Neste país de tanto sacrifício, com tantas pessoas que passaram necessidade para poder fazer um curso de jornalismo em uma universidade privada, porque a universidade pública não é suficiente para o povo brasileiro, me como ao deputado Sargento Amauri Soares e a todos os brasileiros que não concordam com o ato praticado pelo Supremo.

Volto a dizer o que disse há 15 dias: nós já estamos vivenciando grandes problemas com a imprensa brasileira, com aqueles que nunca praticaram a imprensa séria, e cada vez mais continuarão a praticá-la no reverso da sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Obrigado, deputado.

Continua em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se v.exa. me permitir, estou vendo que ainda existem várias moções e pedidos de informação para serem votados, então, pediria a atenção de v.exa. para fazer uma convocação novamente aos deputados Darcy de Matos, Kennedy Nunes, Antônio Aguiar, Cesar Souza Júnior, Professor Grando, que substitui o José Cardozinho, a deputada Professora Odete de Jesus e Jailson Lima, para que estejam às 17h no plenarinho para a nossa primeira reunião do Fórum Permanente que trata da demarcação das terras indígenas.

Ao mesmo tempo, sr. presidente, quero agradecer também a presença nesta Casa do pessoal da Associação dos Proprietários e Possuidores de Terras, de Araquari; do sr. Sadi Lima, Procurador Geral do Estado; do sr. André Magalhães, procurador e das demais autoridades que vieram para esta reunião tão importante para tratar da questão das demarcações de terras indígenas na nossa reunião.

Gostaria também, sr. presidente, de dar as boas-vindas à prefeita Marta Regina Góes, de Bocaina do Sul, que veio aqui com a rainha e as princesas para divulgar a 20ª Mostra do Campo, IV Rodeio Crioulo.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de subscrever os trabalhos dos deputados Sargento Amauri Soares e Serafim Venzon, com relação à questão da não necessidade do diploma de Jornalista, porque este deputado, depois 15 anos trabalhando efetivamente na área de imprensa, fez vestibular e fez a faculdade de jornalismo porque acredita que é a partir daí que teremos bons profissionais na área.

Só para deixar esse registro, sr. presidente.

Hoje estou meio de folga, mas tomara que o Supremo não esteja fazendo, ou não queira fazer isso que está acontecendo comigo, ou seja, calar a voz do bom jornalista.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A Situação agradece, sr. deputado.

Com a aquiescência do deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. também subscreve a moção, assim como também o deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar aqui a razão da nossa ausência na Ordem do Dia, pois acabamos de chegar do município de Biguaçu, onde o governador Luiz Henrique, juntamente, com o prefeito Castelo Deschamps anunciou o convênio de R\$ 9 milhões para a construção do hospital Regional da Comarca de Biguaçu, um sonho muito antigo do município, dos governantes de Celso Ramos, de Antônio Carlos, do vale do rio Tijucas e de parte do município de São José.

Quero, então, cumprimentar o nosso governador e o prefeito Castelo Deschamps, por essa grande notícia, sobre aquela que, sem dúvida nenhuma, será a maior obra pública já realizada e a mais importante na comarca do município de Biguaçu.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, da mesma forma e indo na linha das palavras do eminente deputado Cesar Souza Júnior, também faço questão de registrar que estive ausente na Ordem do Dia por estar participando da reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional na querida cidade de Biguaçu, onde, na presença do governador Luiz Henrique da Silveira, nós fizemos o pleito para que o governo do estado também assumisse, com recursos financeiros, a construção do novo hospital Regional com sede na cidade de Biguaçu, que por certo vai ajudar a desafogar toda demanda dos hospitais que hoje estão sediados em São José e em Florianópolis.

Sr. presidente, será uma obra extremamente importante que beneficiará dezenas e milhares de pessoas da Grande Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Moção de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, apelando pela aprovação em regime de prioridade do Projeto de Lei n. 4.436/08.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviada ao ministro da Justiça, ao superintendente da Caixa Econômica Federal e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando urgência na liberação dos recursos destinados ao término da construção da penitenciária, no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao sr. governador do estado, aos secretários de Desenvolvimento Regional de Mafra, de Joinville e de Jaraguá do Sul e ao presidente da Fatma, solicitando informações sobre os empreendimentos minerários licenciados entre as divisas dos municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre e Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao sr. governador do estado, solicitando informações sobre o processo que originou a liberação de recursos financeiros para o Grupo de Dança Adriana de Imbuia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao sr. governador do estado, solicitando informações sobre quais empresas de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações, onde o sr. Içuriti Pereira exerce cargo e/ou função.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só espero que o governo responda e atenda o que consta nesse pedido de informação, porque nós estranhamos, nesse segundo mandato, o repentino sumiço. Desde que começaram os problemas de bingo, de Polícia Federal e da Codesc, o sr. Içuriti Pereira, desapareceu do cenário político catarinense, foi só a Polícia Federal apertar na Codesc, o Içuriti sumiu.

Mas agora, circula uma informação que ele tem mais contracheques de conselheiro de estatais, que rendem o salário de alguns meses de qualquer parlamentar desta Casa.

Então, espero que o governo responda em quantas empresas e órgãos o sr. Içuriti Pereira, é conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o encaminhamento, sr. deputado.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao sr. diretor geral do Hospital Regional Arns Dieter Schimith, solicitando informações sobre a espera no aquecimento da água utilizada dos chuveiros do referido hospital.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de aproveitar este momento, já que estamos numa rápida despedida desta Casa. Durante duas semanas ficaremos aguardando a renúncia do deputado Herneus de Nadal, e a partir de amanhã, retornamos a vida parlamentar na cidade de Blumenau, trabalhando de uma forma mais esporádica. Mas nós estamos mais uma vez abrindo o espaço para o titular da cadeira, deputado Julio Garcia.

Então, queremos agradecer esses quatro meses que passamos aqui na Casa, agradecer aos funcionários Vera, Monique, e também ao Rui, e dizer que daqui a duas semanas, certamente retornaremos a esta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Ismael dos Santos, esta Presidência quer registrar que foi um prazer tê-lo conosco. E sei que dentro de alguns dias v.exa. poderá retornar a esta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente deputado Moacir Sopelsa, srs. parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, quero mostrar a todos o livro *Inevitável Mundo Novo* e doá-lo aos meus colegas parlamentares, para que possam ler e ver o resultado de um ano do nosso trabalho, pois foi a partir do Sustentar 2008 que produzimos este livro.

Este livro é uma leitura de que é possível pensar as energias renováveis substituindo as energias fósseis. A produção de alimentos, junto com as energias renováveis, pensando o futuro do planeta, é uma contribuição nossa para o debate, não só do Parlamento de nosso estado, como também da própria sociedade catarinense e brasileira.

O segundo evento que foi realizado neste ano já vai desembocar num segundo livro. E o terceiro evento já foi sugerido que seja internacional e não realizado somente no Brasil no início do ano que vem, mas também na Europa, em Portugal, com o Sustentar 2010. A organização tem como proposição que seja internacionalizado esse debate do Sustentar 2010 para que a Europa possa sediar esse evento na segunda edição.

Por isso estou dando este livro de presente, uma cortesia aos nossos colegas parlamentares, para que possam fazer a leitura, o diálogo e a própria crítica.

Mas quero aproveitar a oportunidade para falar sobre a Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura, que foi lançada hoje, na Assembleia Legislativa, a partir de uma grande audiência pública realizada no dia 21 do mês passado, coordenada pelo deputado Sargento Amauri Soares, embora fosse de minha iniciativa, que na minha ausência, com muito brilhantismo, muita maestria, não só coordenou a audiência pública como assumiu um compromisso público com os atores, diretores e produtores culturais de Santa Catarina para construir uma Frente Parlamentar em Defesa da Cultura em nosso estado.

Esta Frente Parlamentar tem 23 assinaturas de colegas parlamentares, mostrando a legitimidade e a força que tem para o seu lançamento, e contou com a presença, inicialmente, do deputado Sargento Amauri Soares, que presidiu a reunião; dos deputados Giancarlo Tomelin e Jailson Lima; da deputada Angela Albino; do deputado federal Ângelo Vanhoni, do nosso estado vizinho do Paraná, que está na coordenação também da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura do Congresso; do Paulo Brum, membro do Ministério da Educação, e do Eduardo Machado, que compuseram a mesa representando aqui o governo do estado, além de todos os atores, diretores e produtores culturais.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Vou dar um aparte a v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, pois foi um dos protagonistas dessa vitória do lançamento de hoje da Frente Parlamentar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Eu queria inclusive agradecer a v.exa. pela oportunidade que me deu, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, quando propôs que aquela audiência pública fosse coordenada por mim naquela tarde de 21 de maio. E a partir daquela ocasião nós pudemos ter um conhecimento mais próximo, mais presente e mais aprofundado sobre as questões da cultura no estado de Santa Catarina.

Conforme foi sugerido por nós, parlamentares, sem nenhum desabono a qualquer outro colega ou colega desta Casa, e tratado na reunião do lançamento da Frente Parlamentar, v.exa. é a pessoa mais indicada para presidir a Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura. É um assunto bastante amplo que precisa ser discutido com muita atenção por todos os 40 deputados deste Parlamento e por todos os órgãos do nosso estado. E tenho como indicação a leitura do Diário da Assembleia n. 6.045, do dia 4 de junho deste ano, às páginas 12 e 13, que tratam desse assunto da auditoria que o Tribunal de Contas do Estado fez nos Fundos de Incentivo à Cultura em nosso estado.

Então, esse fórum tem um amplo trabalho para fazer, como a fiscalização desses fundos, sobre quem está recebendo, quem está levando esses recursos, como está sendo gerido, qual o acesso que os profissionais ou os amadores da área e a população de Santa Catarina estão efetivamente tendo a esses recursos desse fundo.

Parabéns a v.exa. pelo brilhante trabalho que fez e faz hoje como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, e nós seremos, como já dissemos, fiéis escudeiros nessa luta pela defesa da cultura em nosso estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, pela deferência que faz a mim neste momento. Mas com certeza v.exa. está extremamente preparado para presidir a Frente Parlamentar com legitimidade.

Em segundo lugar, quando se fala em cultura, deputado Ismael dos Santos, não há país que se faz soberano, que se constrói como grande nação se não for através de uma política cultural.

O deputado Ângelo Vanhoni diz que nós estamos ainda no período neandertal, que ainda precisamos de lei federal, de um sistema nacional de cultura, de um plano nacional de cultura para os próximos dez anos, de uma transformação da Lei Rouanet que possa incentivar novos projetos culturais no país. E no estado de Santa Catarina o desafio da Frente Parlamentar é construir um plano estadual de cultura; um sistema estadual de cultura, como o sistema estadual de educação, sendo propostos pelo autor, no começo de 1998, 136 artigos para esse sistema; um plano estadual de cultura e uma lei estadual com fundo estadual de incentivo à cultura.

E o terceiro desafio dessa Frente Parlamentar é mobilizar os municípios para criar os fundos municipais, criar os conselhos municipais e mobilizar a sociedade catarinense para as conferências municipal, regional, estadual e nacional - a conferência nacional acontecerá em março de 2010 -

para que possamos, de forma ampla e democrática, permitir à sociedade que perceba também como a saúde, a educação e a habitação, que a cultura é um direito de todos. E sendo um direito, o estado tem que conceder.

O quarto e último desafio que está colocado é a fiscalização da aplicação do dinheiro público do estado, porque todos os produtores culturais que estiverem no lançamento cobraram de nós, parlamentares, a necessidade, a partir do relatório do Tribunal de Contas, de se fiscalizar e acompanhar a aplicação do dinheiro público em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Giancarlo Tomelin, como v.exa. esteve presente legitimando e apoiando a constituição da Frente Parlamentar, concedo, com muita alegria, um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Deputado, vou ter a honra de acompanhá-lo nesse trabalho na Frente Parlamentar de Cultura, na certeza de que a cultura é a essência e o espírito de um povo. É a cultura que nos faz viver, sobreviver, sonhar, crescer, imaginar e fazer de nós homens. Existe aquela máxima de René Descartes - "*Cogito, ergo sum*", que significa "Penso, logo existo". Mas não é bem isso que ele queria dizer! Ele queria dizer: Duvido, logo existo. E eu preciso duvidar e duvidar significa acreditar nos meus princípios, na minha ética e na cultura de um povo.

Por isso quero parabenizá-lo por esse trabalho e dizer que estarei ao seu lado para que possamos ter uma cultura não mercantilizada, não uma cultura como negócio, mas uma cultura com a essência do povo de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Nós queremos construir na pluralidade, na democracia essa Frente Parlamentar e colocar o nosso estado no debate de que a cultura é um direito do povo, do camponês, do agricultor, do índio, do caboclo, do descendente de alemão, de polonês, de italiano, de japonês, de todas as diferentes culturas e grupos culturais; permitindo a manifestação e a expressão como modo de viver, de sentir, de expressar, de construir na música, no teatro, nas letras, enfim, nas várias formas de manifestação da cultura catarinense.

Essa Frente possui o desafio não só de denunciar e criticar, mas de construir um futuro melhor para o povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. E quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, pela criação da Frente Parlamentar da Cultura. Não tenho nenhuma dúvida de que v.exa., que é professor, conhece bem o que precisamos e o quanto é importante a cultura em nossa vida.

Em segundo lugar, quero também lhe fazer um agradecimento. Eu ganhei de presente, como os deputados ganharam, o livro de v.exa., e, por acaso, deputado, quando eu o abri na página 123 v.exa. estava se referindo aos pequenos produtores.

Então, parabéns e muito obrigado! A esperança é que possamos lhe retribuir todo esse esforço.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e nos acompanham pela Rádio Alesc Digital, os que nos acompanham no plenário, meu amigo de São Paulo, o empresário Antônio Mateus Rúbio, o Toninho, que se faz presente no Poder Legislativo catarinense em visita a Santa Catarina porque tem atribuições e está atendendo algumas empresas daqui. Muito obrigado pelo seu trabalho, Toninho.

Minhas senhoras, meus senhores, realmente encerramos a semana passada com muito júbilo, com muita alegria, com muita felicidade e também com muita responsabilidade.

O PSDB nacional e catarinense, deputado Ismael dos Santos, completou 21 anos de história no nosso país, e nesses 21 anos tivemos a honra e a satisfação de ter um presidente da República tucano e ter implantado os ideais da social democracia no nosso país. E quiçá, a partir do ano que vem, com a posse do vice-governador Leonel Pavan como governador do estado de Santa Catarina, vamos ver também, pela primeira vez na história, implantada a social democracia no nosso estado.

Faz 21 anos que o PSDB está aqui e 15 anos de estabilização da economia. Você, dona de casa, você, trabalhador, você que nos assiste, que nos vê aqui nesses debates acalorados, pode ter certeza de que foram os tucanos, o PSDB que criou a moeda que está no seu bolso, que criou o Plano Real.

Que bom que o atual governo instalado na República conseguiu manter os ideais sociais democratas no que tange à economia. Que bom que o poder de compra do Real realmente continua a valer no seu bolso. Que bom que quando você acorda e tudo que compra de manhã está no mesmo preço à tarde. Porque em priscas eras, mas não tão antigas, você comprava um pote de margarina por 10 mil cruzados ou 10 mil cruzeiros, eu nem lembro a moeda, e à tarde já estava com outro preço.

E hoje o Real forte, estabilizado é uma conquista de você, brasileiro, mas uma conquista também, humildemente, dos tucanos, do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, de todos que pensaram na estabilização da economia, porque eram aqueles remarcadores de preço que víamos nos supermercados que corroíam o bolso do trabalhador. Então, o PSDB tem esse orgulho.

Também foi no governo tucano que foi criado o Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -, e foi criada com muita humildade, com muito orgulho, a rede de proteção social.

Por isso é um orgulho muito grande para nós, tucanos, completar 21 anos ao lado de figuras como José Serra, Aécio Neves, Geraldo Alckmin, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Pavan e Dalirio Beber. Foram os saudosos Mário Covas, Jacó Anderle, Franco Montoro e tantos

outros que nos acompanharam nessa caminhada para fazer com que este partido fosse justo, ético, não melhor do que qualquer outro, sem querer empunhar a bandeira ou ser dono de qualquer coisa, mas sim dar uma contribuição ao país, deputado Joares Ponticelli.

O PSDB realmente é um partido do qual me orgulho. Sou tucano apostólico romano, praticante e devoto, acredito na minha ideologia, assim como tenho certeza de que os srs. deputados também acreditam em suas ideologias.

Mais do que isso, quem passa por alguma dificuldade, deputado José Natal, e precisa comprar alguma medicação pode comprar o genérico. Baixou o preço, melhorou a qualidade, e essa é uma conquista de José Serra como ex-ministro da Saúde.

Tenho convicção de que o PSDB já contribuiu bastante com o nosso país, mas há muito a fazer, há muito a realizar, há muito para trabalhar e certamente o fará na companhia dos brasileiros, dos catarinenses e da gente da região de Blumenau.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço, com muito orgulho, v.exa., deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Giancarlo Tomelin, nós, eu, v.exa. e tantos outros brasileiros tivemos a felicidade, na época, de vivenciar tudo isso que v.exa. coloca quanto à questão do Plano Real em favor do país.

Com certeza absoluta, se este país ainda continua nos trilhos da estabilidade econômica é porque dentro do governo Lula ainda há pessoas da social democracia que conhecem demasiadamente o mundo globalizado, entende, sim, de economia, e com certeza nem tudo de ruim o presidente Lula fez, temos que concordar. Mas eles têm que ter consciência de que nós fomos o passo para tudo isso e continuamos na Câmara Federal, no Senado da República e nesta Casa também orientando todos nos caminhos da realidade brasileira, das conquistas do PSDB em favor do povo catarinense e do Brasil.

Nós completamos a maioria com responsabilidade e ela será maior ainda daqui para frente porque o José Serra irá comandar novamente este país.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Obrigado, deputado José Natal, e incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento.

Srs. deputados, ninguém é melhor do que ninguém, mas nós, tucanos, temos um jeito de ser, um jeito de governar. E completo, na data de amanhã, seis meses como deputado estadual, representando os tucanos e o PSDB de Santa Catarina, representando a região de Gaspar, Indaial, Timbó, Pomerode, Ascurra, Benedito Novo, Ilhota, Luiz Alves e toda a região metropolitana de Blumenau. E nesses seis meses tive a honra, ao lado de outros deputados, é verdade, de capitanear R\$ 22 milhões para a nossa região; R\$ 10 milhões para as obras de recuperação; R\$ 4 milhões para o Hospital Santa Isabel; R\$ 3 milhões para a Furb, referentes ao art. 170, e vamos

lutar para ampliar para R\$ 700 mil para *self-service* e R\$ 100 mil para o Ibis.

Mas tivemos uma tarde alvissareira, deputado José Natal, e estava lá presente o deputado Ismael dos Santos. E daí a Cesar o que é de Cesar. O deputado Rogério Mendonça lutou muito, juntamente com este deputado, para que entregássemos, no sábado à tarde, deputado Joares Ponticelli, o dinheiro que faltava para reinaugurar o hospital de Gaspar, o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Foram entregues R\$ 3,5 milhões para aquela obra que será reaberta e entregue à comunidade no final do mês de setembro, começo de outubro.

Novamente eu, que sou semi gasparense porque meu avô foi prefeito de Gaspar e a minha mãe é gasparense, quero dizer que senti muito orgulho, pois há dois anos e três meses não nascia uma pessoa em Gaspar. Por isso que no final de setembro deste ano, graças ao governo de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan - que estava presente inclusive na solenidade e que dali saiu para a festa de São Pedro para participar da comunidade de Gaspar -, foram destinados para aquele hospital R\$ 3,5 milhões. Ao lado não só do governo do estado e federal, que também tem a sua cota de participação, que é constitucional e que tem que ser feita, nós, homens públicos, temos que fazer repassar os devidos recursos para a comunidade, recurso que é da própria sociedade e que para ela tem que retornar. Inclusive, essa obra vai desafogar o hospital Santo Antônio e o hospital Santa Isabel.

Deputado Joares Ponticelli, é uma obra de parceria, do governo estadual, do governo municipal, do governo federal, da iniciativa privada, da Bunge, que capitaneou milhões de reais para que ela fosse reinaugurada. Por isso, tenho a convicção de que o hospital de Gaspar voltará a ser um centro de excelência no vale do Itajaí.

Encerro falando no nosso PSDB, com a frase célebre de Mário Covas: "Longe das benesses do poder, mas próximo do pulsar das ruas, nasce, floresce e cresce a social democracia catarinense".

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

O próximo orador inscrito para falar em Explicação Pessoal é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - O deputado Giancarlo Tomelin sempre com muito ímpeto e eloquência faz as suas intervenções em relação ao seu partido. E quero aqui parabenizar o PSDB pelos seus 21 anos, apenas lembrando que o plano Real foi Itamar Franco quem fez. O Fernando Henrique, na época, era ministro.

Porém, realmente, tenho que reconhecer que o PSDB tem o seu papel importante e a sua contribuição na democracia deste país. Assim, parabenizo a sua intervenção.

Quando falamos em democracia, quero aqui registrar que será lançado na cidade de Rio do Sul, amanhã, o livro *Borges e Outras Ficções*, do escritor Gabriel

Gomes. Nesse livro de contos, um deles chama-se *Desaparecido* e é baseado em uma história real, de 76, da ditadura da Argentina. Inclusive, uma parte do livro diz que a junta de comandantes, de generais, resolveu que "fosse reprimido com a pena de reclusão, por tempo indeterminado, aquele que por qualquer meio difundisse, divulgasse, propagasse comunicados ou imagens provenientes ou atribuídas a associações ilícitas ou pessoas ou grupos aleatoriamente dedicados a atividades subversivas ou terroristas; que seria reprimido com reclusão de até dez anos aquele que por qualquer meio difundisse, divulgasse, propagasse, notícias, comunicados ou imagens com propósito de perturbar, prejudicar ou desprestigiar a atividade das forças armadas de segurança e os policiais".

Isso mostra uma página negra da história desta América, deputado Joares Ponticelli, em que um professor foi preso sem ter nenhuma participação na vida pública, mas apenas por expressar parte das suas avaliações nos seus depoimentos.

Em um dos momentos em que ele chega a ser torturado em uma prisão, o cidadão com quem ele dividia a cela lhe diz que ele parecia estar pior do que ele. E também pediu para que tentasse melhorar os ferimentos.

"Poderia perguntar qual é o teu nome, mas aqui somos apenas um número ou até nada, afirmei. Um mero número que pede para lembrar quando somos chamados para o banheiro para ser torturado ou transladados - nem os guardas sabem mesmo a identidade de cada um. Estamos com sorte e muito melhor do que se tivéssemos que escolher, entre outros, a tortura ou um tiro na nuca. Tenha a calma e a esperança. Não permita que saibam que ainda pode ter isso."

Este Brasil também teve isso. Então, parabéns ao Gabriel Gomes, que ao me dar o livro ressaltou esse conto, que eu já li, em que ele diz que as nossas supostas diferenças são cada vez menores. E realmente são, Gabriel Gomes. Acho que estamos falando a mesma língua. E falamos quando se fala da questão da importância da democracia no país.

E nesta sexta-feira, às 15h, teremos outro tema importante para discutir aqui. Até queremos ressaltar a presença do ministro da Previdência Social, sr. José Pimentel, quando estaremos debatendo e discutindo a questão da ampliação da assistência da Previdência Social no Brasil, a criação de um departamento de saúde do trabalhador, que é importante para o contexto nacional, dentro da Previdência Social.

Já realizamos diversas audiências públicas no estado catarinense para discutir o cenário das doenças ocupacionais, das LER's, as doenças do trabalhador, ocasionadas no âmbito da condição e do ambiente de trabalho. E juntamente com esse debate que aqui faremos, num evento programado e organizado pela bancada do Partido dos Trabalhadores, na próxima sexta-feira, estaremos aprofundando essa temática e a sua importância para melhorarmos a assistência da Previdência Social no estado de Santa Catarina e no Brasil.

O nosso trabalho no cenário de construção no estado é para que possamos propagar isso neste Brasil como um todo. Sabemos que muito há por se fazer na Previdência Social; sabemos da importância e da necessidade de ampliar os seus quadros, de novos concursos.

A Previdência Social tem, de forma lastimável, reduzido os seus quadros de funcionários. Baixamos de um contingente de 60.000 funcionários em sete anos para 30.000 funcionários no Brasil, e há necessidade de novos concursos e contratação de profissionais, de peritos médicos, para que essa atenção seja dada.

Por isso, hoje, atendemos em nosso gabinete uma comissão de funcionários da Previdência Social, que pedem para que seja entregue ao ministro da Previdência Social, e vamos agendar isso para sexta-feira, um documento do por que se encontram em greve.

Entendo que essa greve é legítima pelo debate que faz, eis que se tinha uma carga horária de 40 horas semanais, que durante 30 anos colocaram como 30 horas e que agora o governo quer que passe para 40 horas.

Entendo que a função do agente previdenciário, os funcionários da Previdência Social, é similar na carga de trabalho ao que têm os bancários, que deve ser de seis horas de trabalho.

Como médico, sabemos que o telefonista não deve ultrapassar as seis horas de trabalho pelo que representa isso no contexto da sua saúde, e na Previdência Social não é diferente.

Por isso, recebemos hoje em nosso gabinete a Vânia, de Rio do Sul, esposa do dr. Paulo, a Joelce, de Blumenau, e o Valmir, que é o presidente da associação de Florianópolis, entendendo que a reivindicação deles é justa e correta.

Ao mesmo tempo, na sexta-feira, com o ministro José Pimentel, estaremos nessa audiência, quando ele estará ressaltando, deputado Moacir Sopelsa, uma coisa de fundamental importância para o contexto da economia nacional, que é um projeto do microempreendedor individual, em que abordará o reconhecimento de 186 profissões que hoje se encontram fora do mercado formal e na informalidade. É o pedreiro, o servente, o cidadão, a merendeira que faz bolos e tantas outras atividades, o mototaxista, que hoje não tem a sua atividade reconhecida perante a Previdência Social. Mas com o Programa do Microempreendedor Individual, que é aquele em que o cidadão terá uma receita de R\$ 36 mil/ano, ele poderá inclusive ter um funcionário reconhecido pela Previdência Social. E com R\$ 56,00, se não me engano, ele terá direito à aposentadoria por idade, o reconhecimento da mulher no auxílio maternidade e principalmente, em casos de acidentes de trabalho, poderá ter o auxílio acidentário, como aquele cidadão registrado pela CLT.

Isso é um grande avanço, principalmente porque ele poderá fazer o seu cadastro como microempreendedor individual procurando um contador, sem pagar nenhuma taxa, sem nenhuma burocracia, porque a Associação Nacional dos Contabilistas se comprometeu, num acordo

com a Previdência Social, de investir nesse microempreendedor, porque com certeza amanhã ele será um grande empreendedor, se investir no futuro.

Esse microempreendedor a partir desse momento poderá emitir nota fiscal e participar inclusive de licitações públicas podendo prestar serviço para as prefeituras, podendo prestar serviço de forma terceirizada para outras empresas que prestam serviços ao órgão público.

Então, a partir do dia 1 de julho haverá a implantação do Programa do Microempreendedor Individual, que representará um grande avanço para o estado e para o Brasil como um todo.

Quero ressaltar a figura importante que teve o deputado Claudio Vignatti, no debate, ao fazer parte da Frente Nacional do Microempreendedor Individual. Hoje, lá, como deputado federal, como presidente da comissão de Orçamento e Tributação do Congresso Nacional, s.exa. tem tido uma postura respeitável, que orgulha qualquer catarinense ou qualquer cidadão de um estado que pudesse representar.

E o deputado Claudio Vignatti estará acompanhando, porque junto conosco ele já esteve com o ministro, e porque principalmente é um dos organizadores desse debate no estado de Santa Catarina. Inclusive, ele tem esclarecido o que representa esse projeto e esse programa para o estado catarinense e para aquele cidadão que hoje trabalha na informalidade e que poderá ser reconhecido como um prestador de serviço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente e srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL, da Rádio Ales Digital, quero reiterar o convite feito pelo deputado do meu partido Nilson Gonçalves, a todos os catarinenses, para participarem da 29ª Mostra do Campo, do 15º Aniversário do Município de Bocaina do Sul e do 4º Rodeio Crioulo, a realizar-se de 16 a 19 de julho de 2009.

Esteve nesta Casa a prefeita daquele município, Marta Regina, juntamente com a rainha e as princesas da festa. E está aqui o convite. Estive lá no ano passado. É uma festa muito boa, que com certeza absoluta contempla todos aqueles que vivem da terra e gostam de comprar e adquirir produtos sem agrotóxicos, produtos frescos.

Srs. deputados, senhores catarinenses, quero neste momento dizer que diversas coisas na nossa vida se transformam e que estou aqui, neste Parlamento, porque gosto de política. Acredito nela como um instrumento de inserção, de cada vez mais solidificar a estrutura da democracia brasileira.

Não quero e muita gente não quer viver no nosso país o que está vivenciando Honduras neste momento. Uma triste realidade onde o presidente foi deposto e o militar está fazendo o que já fizeram neste país no passado. Não quero isso para nós nem para ninguém. Então, quero repudiar o ato lá praticado.

Quero aqui, deputado Jailson Lima, v.exa. que tem sido realmente um grande parlamentar nesta Casa, rapidamente parabenizar o presidente Lula, que na última sexta-feira esteve no nosso estado criando o ministério da Pesca e Aquicultura.

Não comparei, porque estava em Blumenau juntamente com outros deputados, na reunião do Orçamento Regionalizado, onde fui o coordenador como membro da comissão de Finanças.

Gostaria de dizer que realmente um país com 7,3 mil quilômetros de costa e um interior pródigo em rios piscosos, o Brasil tem na atividade pesqueira uma inexpressiva atenção diante do Chile, pois somos maiores e produzimos menos. E vai por aí afora a matéria que traz o editorial do jornal *Notícias do Dia*.

Depois de o presidente Lula ir lá, criar o ministério e dizer tantas coisas, no final, para fazer uma brincadeira, que talvez ele faça, às vezes, num tom de crítica, ele disse que o Brasil foi construído para não funcionar. É terrível!

Nessa mesma coluna do jornal *Notícias do Dia*, temos alguns artigos. E vou ler um do governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e orgulho-me muito de ele ser o nosso governador. Diversos artigos esse homem já escreveu, para diversos jornais, e leio todos quando tenho oportunidade, nos finais de semana. Mas este aqui me chamou mais atenção.

(Passa a ler.)

"Sonhos e realidade

Hobsbawm escreveu um livro fantástico sobre o século XX - *Era dos Extremos* -, em que assinala a velocidade com que se processaram revoluções políticas, tecnológicas e comportamentais. Ele destaca a geladeira, que propiciou uma guinada na logística do abastecimento e na preservação da qualidade com que os produtos agrícolas chegam à nossa mesa. Diante do crescimento malthusiano da população mundial, que saltou de três para seis bilhões de pessoas em 42 anos, o papel dos aparelhos de refrigeração evitou um colapso alimentar.

Esse surpreendente mundo novo vem-se caracterizando por acontecimentos que jamais imaginei possíveis ainda no meu tempo de vida: a alunissagem do homem e sua estupefação maravilhada: 'A Terra é azul'; a queda do muro de Berlim; os transplantes de órgãos; a certeza dos diagnósticos dos tomógrafos e ressonâncias magnéticas; a decifração do DNA e do genoma, que levará à cura de doenças irreversíveis; a novela na tela dos celulares; *iPods* armazenando todo um repertório da música clássica; pequenos *iPhones* transformados em escritórios portáteis; a China comunista usando motores capitalistas para se impor diante da Europa e EUA; o Brasil comemorando mais de dez anos com inflação de um dígito e emprestando dinheiro ao FMI; um metalúrgico na presidência da República; um negro na Casa Branca.

Um dos momentos mais importante para a guinada do mundo foi uma célebre peça de oratória que notabilizou um Demóstenes do século XX. Neste domingo, o mundo celebra os 46 anos do discurso 'I

Have a Dream', feito pelo reverendo Martin Luther King Jr., em Washington, para um milhão de pessoas.

'Agora é o tempo para transformar em realidade as promessas de democracia. Agora é o tempo para fazer da justiça uma realidade para todos os filhos de Deus. [...] Voltem para o Mississippi, voltem para o Alabama, voltem para a Carolina do Sul, voltem para a Geórgia, voltem para a Louisiana, voltem para as ruas sujas e guetos de nossas cidades do norte, sabendo que de alguma maneira essa situação pode e será mudada. [...] Digo a vocês hoje que embora enfrentemos as dificuldades de hoje e amanhã, ainda tenho um sonho, um sonho profundamente enraizado no sonho americano. [...] Eu tenho um sonho que minhas quatro crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.'

A posse de Barack Obama na cadeira mais poderosa do mundo é, seguramente, um fato que há menos de dois anos seria julgado impossível! Dia a dia o sonho de Luther King vai-se fazendo realidade!"

Parabéns, Luiz Henrique da Silveira, com certeza homens com a sua luz realmente pensam na vida, nos outros, estudam para poder trazer à mente daqueles que esqueceram rapidamente tudo o que foi vivenciado no passado e para muitos estarem vivenciando este presente.

O sonho que sua excelência tem, que está vivenciando, também quero vivenciar, e muitos já comecei na vida pública, e que tantos outros brasileiros dignos também querem vivenciar, com a graça de Deus, como a liberdade de expressão, o fim da desigualdade social, todos vivendo nas mesmas condições, sem raça, sem cor e sem credo atrapalhando.

Orgulha-me muito abrir os jornais e ver uma matéria como essa que, com certeza, leva muitas pessoas à reflexão. Pena que grande parte da sociedade e da juventude brasileira não lê isso que aqui está.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Natal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, acho importante a leitura do artigo que traz o deputado José Natal, mas quando ele se reporta à exaltação que o governador faz as geladeiras, eu gostaria que essas geladeiras, especialmente as dos servidores públicos de Santa Catarina, estivessem fartas, com condições de alimentar dignamente suas famílias, as mais de 100 mil famílias de servidores que acreditaram, talvez com a mesma ênfase, com o mesmo entusiasmo nas vãs promessas de campanha de sua excelência, e que amargam, como vemos aqui, hoje, deputado Sargento Amauri Soares.

Hoje, mais uma vez, esta Casa fica lotada, tomada por servidores públicos, desta feita da Segurança Pública, policiais

militares e civis que aguardam há quase sete anos o cumprimento da campanha. É exatamente sobre isso que eu quero falar. Parece-me que o discurso e prática do atual governo se distanciam cada vez mais.

Quando fui cumprimentar alguns policiais, aqui na saída, deputado Sargento Amauri Soares, um professor aposentado, colega, lá da cidade de Tubarão, que agora mora na cidade de Florianópolis, disse-me: "Deputado, não esqueça de cobrar da situação de empobrecimento e de falência em que se encontram também os professores, muito especialmente os aposentados de Santa Catarina".

Eu queria que esses discursos, esses artigos assinados por sua excelência pudessem exaltar a elevação da qualidade de vida do servidor aposentado. Sua excelência esquece nos discursos e artigos que assina, que o servidor aposentado de Santa Catarina está por quase sete anos com apenas 1% de reposição de perdas salariais, porque a inflação corroeu o salário desse servidor aposentado, que tem que despender muitos recursos com alimentação e remédios, especialmente para manter a saúde. A inflação corroeu já mais da metade do seu salário. Isso não tem como ser exaltado. Quem não cuida da dignidade do seu servidor, especialmente daquele que dedicou uma vida toda a sua profissão, não pode comemorar discursos de fatos e atos não tão importantes para nossa gente como esse.

Eu recordei, deputado Sargento Amauri Soares, da primeira promessa de campanha de sua excelência, com relação ao magistério. Ele dizia que, se fosse eleito governador equipararia o salário do professor da rede pública estadual ao do professor de Joinville.

Há duas semanas eu estive em Joinville, deputado Sargento Amauri Soares. Encontrei-me com uma professora, amiga de juventude do alto vale do Itajaí e que mora em Joinville. Ela é professora do município por 40 horas e é professora do estado por 10 horas. Em ambos é efetiva e tem algo em torno de 23 anos de serviços prestados ao estado e ao município, deputado Moacir Sopelsa, e é claro que possui a mesma formação para atuação tanto num como noutro. No município a sua remuneração ultrapassa R\$ 3 mil por 40 horas. No estado a sua remuneração, por 10 horas, fica na casa dos R\$ 400,00. Portanto, se ela tivesse 40 horas no estado também, ganharia o equivalente a pouco mais R\$ 1.500,00.

Não é que o município de Joinville pague bem, deputado. Pelo contrário, no município de Joinville, depois que o Luiz Henrique foi eleito governador, começou-se a achatando os salários também, porque ele não queria que se distanciasse mais ainda o salário do servidor de Joinville do salário do professor do estado.

Então, deputado Moacir Sopelsa, há uma diferença monstruosa entre os salários dos professores da rede municipal de Joinville e os salários dos professores do estado. Essa foi a principal promessa que sua excelência fez durante a campanha, mas esqueceu de cumpri-la.

E nas demais categorias, inclusive dos servidores da Segurança, estamos

sendo toda essa indignação por conta das múltiplas mentiras contadas pelo governo. Isso também acontece com os servidores da Saúde, da Agricultura, do extinto DER e atual Deinfra, que foi completamente desmontado - e jogou-se fora o principal patrimônio do DER, ou seja, o patrimônio humano, os dedicados servidores daquela instituição - e os demais servidores de Santa Catarina.

Deputado Sargento Amauri Soares, se essas políticas salariais não forem recompostas neste ano, no ano que vem não poderão ser realizadas, porque a lei não permite que sejam feitas, pois é ano eleitoral. No ano que vem só poderá ser feita a reposição das perdas, somente a reposição da inflação. Ora, o governo em sete anos não pagou o que deve da inflação, não implementou os planos de cargos e salários, pelo contrário, destruiu os poucos que o estado tinha, como no caso do magistério ao implementar uma política salarial de abonos. Isso significa que não vamos ver, ao final de todo o tempo de governo, o cumprimento das mais simples e primeiras promessas de campanha.

Além do mais, o que se percebe - e hoje, ao chegar aqui na capital, pude constatar isso novamente - é que a própria capital do estado, deputado Moacir Sopelsa, está cada dia menos cuidada. A própria qualidade de vida da cidade, nós que estamos aqui há 11 anos, já vimos em condições bem melhores, porque não me diga que a qualidade de vida é boa quando você não consegue sequer se mover dentro da cidade. Cada dia há mais congestionamentos, engarrafamentos, e a conseqüente perda da qualidade de vida. O pior, deputado Sargento Amauri Soares, é que não vemos nenhuma ação concreta, nenhuma solução visível nem em médio prazo, quanto mais em curto prazo.

E o tal do metrô de superfície ou o barco voador que sua excelência, em cada viagem ao exterior que fazia, voltava prometendo? Desde a primeira viagem que sua excelência fez para a Rússia, está prometendo barcos voadores para fazer a interligação do sul com a capital e do norte com a capital. Até hoje esses barcos continuam tão viajantes quanto sua excelência o governador. Continuam só na viagem, na ficção, no mundo da lua, no faz de conta, nesse estado de ficção, nessa maravilha que sua excelência e alguns dos seus insistem em vender, em mostrar.

É claro, a logística de contar lorota que eles dispõem é muito grande. São 36 representações comerciais, digamos assim, e eleitorais do governo em cada região, cada uma com 20 ou 30 ajudantes com bons salários, contando coisas que só no mundo do faz de conta de sua excelência acontecem. Parece-me que eles vivem numa confraria de inverdades. Lá no sul contam que as coisas acontecem no oeste; no oeste contam o que acontece no norte; no norte contam que acontece no vale, e nada disso passa de um faz de conta. Tanto que, deputado Sargento Amauri Soares, se perguntar à elite, aos que fazem cultura em Santa Catarina, há insatisfação com a gestão da cultura de Santa Catarina, que consome altas somas financeiras para dar dinheiro, por exemplo, para o sobrinho do

todo poderoso Ivo Carminati fazer um filme chamado *Quebrador de Corações*, que até hoje quebrou apenas o coração de quem cerca os mais íntimos da corte.

São essas coisas que precisamos cobrar e questionar, porque me parece que o rei está nu e não percebe. Parece-me que a lenda do rei nu reina por Santa Catarina novamente, que esse gostar demais, esse deslumbramento que sua excelência e os seus têm pelo cargo e pelo

poder cega-os cada vez mais. Enquanto a sociedade catarinense aguarda por tantas e tão contundentes promessas de campanha, aproximase já o fim do governo, e até aqui não saíram do papel ou reinam absolutas nessa realidade, nesse mundo do faz de conta de sua excelência e dos seus seguidores.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir

Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.  
Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)  
Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.  
Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 025-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Fórum Parlamentar para o acompanhamento das obras de construção do novo Aeroporto Internacional de Florianópolis, integrado pelos Senhores Deputados Marcos Vieira, Cesar Souza Júnior, Edison Andriano, Sargento Amauri Soares, Professora Odete de Jesus, Professor Grando, Décio Góes e Joares Ponticelli.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 032-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão João Girardi, 2º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, enquanto durar o afastamento do titular, Deputado Pedro Uczai, em licença para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa 1º Secretário

Deputado Valmir Comin 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 033-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Vânio dos Santos, 4º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Pedro Uczai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 034-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Dionei Walter da Silva, 5º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 4º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Pedro Uczai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa 1º Secretário

Deputado Valmir Comin 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 035-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, no período de 02 a 06 de julho do corrente ano, onde, na qualidade de membro da Comissão do MERCOSUL e da UPM, representará esta Assembléia Legislativa em reuniões e eventos que serão realizados na cidade de Montevidéu, Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa 1º Secretário

Deputado Valmir Comin 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 036-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andriano para ausentar-se do País, no período de 05 a 08 de julho do corrente ano, onde, na qualidade de membro da Comissão do MERCOSUL e da UPM, representará esta Assembléia Legislativa em reuniões e eventos que serão realizados na cidade de Montevidéu, Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa 1º Secretário

Deputado Valmir Comin 3º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 225, de 01/07/2009

Dá nova redação ao § 1º do art. 13, do ATO DA MESA nº 174, de 30/08/2007.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

#### RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 2º, 9º e 13 do Ato da Mesa nº 174, de 30/08/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

Parágrafo único. A renovação da Comissão Permanente de Licitações obedecerá o estabelecido no § 4º do art. 51 da Lei nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 9º Os membros da Comissão de Controle Interno deverão ter pós-graduação na área de administração pública, título de bacharel em uma das seguintes áreas: administração, ciências contábeis, direito ou ciências econômicas.

Art. 13.....

§ 1º O Presidente da Comissão indicará um servidor efetivo para exercer a função de Secretário com fundamento no § 1º, do art. 157, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Santa Catarina, com direito pecuniário da Função de Confiança, nível PL/FC-1.”

Art. 2º Ficam revogados os arts. 4º e 10 do Ato da Mesa nº 174, de 30/08/2007, e o Ato da Mesa n.º 201, de 08/06/2009.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 226, de 01/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor VALCI MARTINS, matrícula nº 1887, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer,

em substituição, o cargo de Coordenador de Execução Orcamentaria, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidor VANIO CARDOSO DARELLA, que se encontra em fruição de férias no período compreendido entre 22 de junho e 21 de julho de 2009 (DF - Coordenadoria de Execução Orcamentaria).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 227, DE 01/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**DISPENSAR** a servidora **MARIA DO BONSUCESSO V.**

**KOERICH**, matrícula nº 0631, da função Assessoria Técnica Administrativa - Análise e Supervisão de Contratos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01/07/2009 (Procuradoria de Finanças).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 228, de 01/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MARIA DO BONSUCESSO V.**

**KOERICH**, matrícula nº 0631, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefe da Seção de Suporte Administrativo, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01/07/2009 (DL - Coordenadoria de Publicação).

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 229, de 01/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Excluir do Ato da Mesa nº 211, de 15/06/2009, que constituiu Comissão Especial, a pedido, a servidora NOELI TEREZINHA LIVI, matrícula nº 0961, e incluir na mesma Comissão a servidora **THESSALIA MAY RODRIGUES**, matrícula nº 1426.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 230, de 01/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0908/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

**ATRIBUIR** a servidora **FÁTIMA REGINA PEREIRA**, matrícula nº 1042, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 21 de maio de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 231, de 01/07/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo APE-08/00389808, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

**RETIFICAR** a fundamentação legal estabelecida no Ato da Mesa nº 100, de 02 de maio de 2007, que concedeu aposentadoria voluntária à servidora **JANDIRA MARIA CEPPO**, matrícula nº 1372, nos seguintes termos:

**ONDE SE LÊ:** "de acordo com artigo 40, § 1º, III e § 3º da Constituição Federal, c/c os artigos 3º e 6º da EC nº 41/03 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,";

**LEIA-SE:** "de acordo com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,".

Deputado Jorginho Mello - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

**Ata da 8ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, realizada em 16 de Junho de 2009, às 18 horas.**

Às 18:00 horas do dia 16 de junho do ano de 2009, na sala das Comissões nº 2, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa. Foi registrada a presença dos Deputados: Pedro Uczai, Joares Ponticelli substituindo o deputado Lício Mauro da Silveira, Deputado Serafim Venzon, Deputado Antonio Aguiar, Deputado Genésio Goulart. e o Deputado Cesar Souza Junior. Logo após foi lida a ata da reunião anterior colocada em discussão, não havendo manifestação foi colocada em votação e aprovada por todos. Em seguida o presidente apresentou requerimento subscrito pelos deputados Dirceu Dresch, Decio Góes, José Paulo Serafim, Jailson Lima, Pedro Uczai e Deputada Ângela Albino, Solicitando a realização de três audiências públicas, para promover o debate sobre o Projeto de Lei Complementar nº 013/2009, que "estabelece critérios para a municipalização da Educação Infantil da rede pública do Estado e a movimentação de servidores e estabelece outras providências", e o Projeto de Lei Complementar nº 014/2009, que "estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental da rede pública do Estado e a movimentação de servidores e estabelece outras providências". As audiências serão realizadas na Assembléia Legislativa de Santa Catarina em data e hora a serem definidas. Colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o presidente franqueou a palavra a quem quisesse fazer uso, não havendo manifes-

tação e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu os Deputados pela presença, aos funcionários, e deu por encerrado os trabalhos desta reunião, da qual eu, Ivelise Sell Maciel(), Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 16 de junho de 2009.

Deputado Pedro Uczai  
Presidente da CEDC

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### Extrato N.º 071/2009

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº. 001/2009, celebrado em 21/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Fernanda Azevedo Brandt - ME.

OBJETO: Conceder reequilíbrio econômico-financeiro no preço do litro de leite, aumentando o valor unitário de R\$ 1,22 para R\$ 1,74; e no preço do quilo do açúcar refinado, aumentando o valor unitário de R\$ 1,01 para R\$ 1,27 REFERENTE ao Contrato de Fornecimento anual de até 3.600 kg de café marca Sasse Alimentos Ltda.; 6.000 kg de açúcar refinado marca Caravelas; 17.600 litros/ano de leite marca Santa Clara.

VALOR: O Valor global do Contrato passa de R\$ 62.260,00 para R\$ 70.918,00.

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar a partir de sua assinatura, com efeitos a contar de 1º de abril de 2009 a 31/12/2009.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original; e autorização administrativa.

Florianópolis, 22 de junho de 2009.  
Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC  
Gilciney Flávio Brandt - Procurador da Fernanda Azevedo Brandt - ME

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 072/2009**

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 070/2008, celebrado em 09/11/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.

OBJETO: Altera quantitativamente o objeto constante na Clausula Segunda do Contrato original em decorrência dos acréscimos de itens REFERENTE Contrato de aquisição de materiais e mão-de-obra para pintura, impermeabilização de floreiras, recuperação de armaduras e execução da rede de drenagem das floreiras.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei n.º 8.666/93; Item 4.2, Cláusula Quarta do Contrato original; e Autorização Administrativa.

VALOR: O valor global passa de R\$ 58.000,00 para R\$ 69.891,86.

Florianópolis, 07 de maio de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

Lourival Dutra -Procurador da GPL

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS**

**OFÍCIO Nº 185/09  
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES**

Respeitando o cronograma de trabalho e da direção teatral e da produção executiva, após o recesso, retornamos as nossas atividades em março de 2008:

• **Ensaio Gerais: Março/Abril (2008)** - Iniciamos as Atividades com a preparação dos atores, nas dependências da Fundação Cultural de Blumenau, realizando exercícios para a voz falada e cantada e ensaios gerais do espetáculo Tem Mandrágora na Panelinha.

• **Apresentações de espetáculos: Abril/Maio (2008)** - A Produção Executiva marcou apresentações de espetáculo Tem Mandrágora na Panelinha, nos municípios de Gaspar, Indaial e Blumenau, realizando 4 (quatro) apresentações. As apresentações foram realizadas no dia 26 de Abril na Fundação Cultural de Indaial no município de Indaial, no Salão Cristo Rei dia 27 de abril, município de Gaspar, e no Auditório Carlos Jardim na Fundação Cultural de Blumenau nos dias 17 e 18 de maio, município de Blumenau. Os espetáculos foram gratuitos, solicitando apenas um produto de alimento não perecível, da platéia, para doação aos grupos de caridades dos municípios contemplados com nossas apresentações. A "Assistência Social de Indaial" recebeu 300 Kilos de alimento arrecadados. O grupo de caridade "Conferência Vicentina" do município de Gaspar recebeu 200 Kilos de Alimentos arrecadados. O "Grupo Voluntário Caridade sem Fronteiras, do município de Blumenau, recebeu 600 quilos de alimento não perecível. A circulação do espetáculo Tem Mandrágora na Panelinha, está amparada através da lei Rouanet que possibilita os custos dessas apresentações.

• **Apresentação do espetáculo: Agosto (2008)** - A Produção Executiva marcou apresentação do espetáculo Tem Mandrágora na Panelinha, no município de Brusque e Ilhota, realizando 2 (duas) apresentações. As apresentações foram realizadas no dia 10 de agosto, no auditório do Centro Empresarial e Cultural de Brusque, município de Brusque e no dia 31 de agosto no município de Ilhota no Salão da Igreja Matriz São Pio X. Os espetáculos foram gratuitos, solicitando apenas um produto de alimento não perecível, da platéia, para a doação aos grupos de caridades dos municípios contemplados com nossas apresentações. A "Associação Lar dos Idosos Lions Club" do município de Brusque recebeu 300 quilos de alimento não perecível arrecadados. A "paróquia da Igreja Matriz São Pio X" recebeu 200 quilos de alimentos não perecíveis arrecadados. A circulação do espetáculo Tem Mandrágora na Panelinha, está amparada através da lei Rouanet que possibilita os custos dessa apresentação.

• **Apresentações de espetáculos: Setembro (2008)** - A produção executiva marcou apresentações do espetáculo Tem Mandrágora na Panelinha, nos municípios de São Francisco e Jaraguá do Sul realizando 2 (duas) apresentações. As apresentações foram realizadas no dia 14 de setembro, município de São Francisco do Sul, no Cine Teatro X de Novembro, e no dia 21 de Setembro no grande Auditório da SCAR - Sociedade Cultura Artística, município de Jaraguá do Sul. Os espetáculos foram gratuitos, solicitando apenas um produto de alimento não perecível, da platéia, para a doação aos grupos de caridades dos municípios contemplados com as nossas apresentações. O "Lar Infantil Adventista Catarinense -Liac" do município de São Farnisco do Sul recebeu 250 quilos de alimento arrecadados. A " Associação e Moradores Santo Antonio" do município de Jaraguá do Sul, recebeu 400 quilos de alimento não perecível. A circulação do espetáculo Tem Mandrágora na Panelinha, está amparada através da lei Rouanet que possibilita os custos dessas apresentações.

Eu Leandro de Assis, Presidente do O GRITO - Cia de Theatro, declaro serem verdadeiras todas as informações relatadas a cima, sobre o relatório das atividades do primeiro e segundo semestre do ano de 2008.

Blumenau, 10 de maio de 2009

**Leandro de Assis  
Presidente**

*Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*  
**OFÍCIO Nº 186/09**

**Ao  
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC  
FLORIANÓPOLIS - SC  
REF.: Encaminhamento Documentos - RENOVAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL  
Entidade: OBRA SOCIAL EVANGÉLICA**

Prezado Senhor:

Com base no Art. 3º da Lei 13.663 encaminhamos os documentos abaixo relacionados para fins de manutenção de nossa UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL:

- **Relatório de Atividades - 2008**  
- **Balancete Contábil 2008**  
- **Declaração registrada no Cartório (Ofício de Títulos e Documentos de Ituporanga) com as datas das Alterações Estatutárias e Confirmação da não remuneração ou distribuição de resultados/benefícios à diretoria e /ou dirigentes da OBRA SOCIAL EVANGÉLICA.**

Diante do cumprimento da legislação pertinente, e em especial, pelo atendimento do público alvo a partir dos objetivos estatutários, requeremos a manutenção/renovação de nosso CERTIFICADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Atenciosamente,

Presidente

*Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*  
**OFÍCIO Nº 187/09  
ROTARY CLUB DE FLORIANÓPOLIS - ATLÂNTICO**  
Florianópolis, 24 de junho de 2009.

Exmo. Sr.

Deputado Jorginho dos Santos Mello

Digníssimo Presidente da

Assembléia Legislativa do

Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente e em atendimento às exigências da **LEI Nº 4.577, de 10 de dezembro de 2008**, que declara de utilidade pública o Rotary Clube de Florianópolis, fruto do PL 318/08 da Deputada Odete de Jesus, enviamos, anexo ao presente, os seguintes documentos:

**I- Relatório anual de atividades;**  
**II-Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declarada utilidade pública;**  
**III- Balancete contábil;**

A ação do Rotary tem extensão extensão internacional, por interagir com outros países na promoção do intercâmbio de jovens, difundindo a cultura, a ciência e a promoção da paz entre as nações.

Vossa Excelência encontrará no relatório que enviamos a essa Casa Legislativa todos os trabalhos e benefícios prestados à comunidade florianopolitana e região, bem como todas as ações de integração entre os que mais podem e aqueles que mais necessitam.

Com elevada consideração e distinguindo apreço, receba as nossas,

Cordiais saudações,

Maria Terezinha Blatt

Presid. 2007/2008

Aparecida Ferreira Mussi

Presid. 2008/2009

*Lido no Expediente*

*Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*  
**OFÍCIO Nº 188/09  
LAR RECANTO DO SOSSEGO**

Exmo. Sr.

ROGÉRIO MENDONÇA

Deputado Estadual

Assembléia Legislativa - Florianópolis

Braço do Trombudo, 25 de junho de 2009.

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o, cordiamente, encaminhando a documentação para manutenção do Título de Utilidade Pública, para atender o que determina a Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

Tão logo for possível, peço que nos encaminhe a Certidão do mesmo.

Cordiamente  
Alcides Rodolfo da Cunha  
Secretário Executivo

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 189/09**

**GRUPO ESCOTEIRO PADRE PEDRO BARON 03 - ITAJAÍ - SC  
DECLARAÇÃO**

Eu Jorge Andriani brasileiro, casado, de profissão administrador, portador do CPF - 202.140.224-04 e RG 745.947-5, residente a rua Orlando Wippel, 100 bairro de São vicente na cidade de Itajaí, Santa Catarina, hora no cargo de Diretor presidente deste Grupo Escoteiro, venho pela presente declarar para os devidos fins que continuamos a tivos em nossos propósitos com entidade sem fins lucrativos, de caráter educacional, ecológico, cultural, beneficente, filantrópico e comunitário, destinado à prática da educação não fomrla, sob a forma do Escotismo no nível local.

Declaramos ainda que permanecemos cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade Pública Estadual.

Itajaí, 16 de junho de 2009  
Jorge Andriani Dir. Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 190/09**

**CENTRO COMUNITÁRIO ESPÍRITO SANTO  
DECLARAÇÃO**

A entidade CENTRO COMUNITÁRIO DIVINO ESPÍRITO SANTO, entidade beneficente de assistência social, estabelecida na Rua Dom Pedro II, 325 - Bairro Canoas em Rio do Sul/SC, CEP 89160.000, inscrita no CNPJ sob nº 83.499.087/0001 - 10, declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 5.360 de 16/11/1977, em cumprimento com a LEI 14.182 de 01/11/2007, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

E por ser verdade, assume integral responsabilidade pelos termos desta declaração.

**Documentos Anexos:**

- 1) Relatório Anual de Atividades
- 2) Balanço Patrimonial ref. 2008
- 3) Demonstração do Resultado do Exercício ref. 2008
- 4) Notas Explicativas

Rio do Sul, 17 de junho de 2009  
Sionara Aparecida Dalfvo Marquez  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 191/09**

**CLUBE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO E CULTURAL UNIÃO  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC  
Cidade-SC**

Blumenau, 25 de junho de 2009

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC,**

Cumprimentando-o cordialmente, a entidade CLUBE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO E CULTURAL UNIÃO, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 83.798.801/0001-71, com sede na rua Augusto Viviani, nº 30, no bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau, CEP 89075-120, no telefone (47) 3337-1476, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente ERVIN CRISTOFOLETTI, inscrito no CPF 248.466.869-49, na cidade de Blumenau, vem perante Vossa Excelência, declarar que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de Utilidade Pública Estadual, nos termos do dispositivo no parágrafo único do ART. 3º, Inciso II, da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2207.

Por ser verdade, firma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente  
ERVIN CRISTOFOLETTI

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 192/09**

**CLUBE ESPORTIVO E RECREATIVO NOVA AURORA**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC  
Cidade-SC

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC,**

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a seguir o Relatório Anual de atividades da entidade CLUBE ESPORTIVO E RECREATIVO NOVA AURORA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no Estado de Santa Catarina, do exercício subsequente, para o devido controle e identificação do cumprimento do dispositivo no parágrafo único do Art. 3º, Inciso I, da Lei nº 14.182, de 01/11/2007.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Segue abaixo o relatório de atividades dessa Entidade em prol da comunidade, no que se refere aos últimos 12 (doze) meses de atuação.

DATA	ATIVIDADE
Julho/2008	Baile do Colono
Setembro/2008	Baile Rei e Rainha
Novembro/2008	Churrasco
Abril/2009	Churrasco
Mai/2009	Baile Rei e Raiva

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,  
JOÃO CARLOS CORDEIRO

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/2009

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 193/09**

**STAN - Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados**

Rua 27 de Maio, 159 - Caixa Postal, 479 - 88701-090 - TUBARÃO - SC  
ILMO SR.

**EXCELENTÍSSIMO**

**DEPUTADO ESTADUAL: JEAN KUHLMANN**

**PREZADO SENHOR,**

A Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados - STAN, fundada em 1952, entidade de prestação de Assistência Social no Município de Tubarão, atendendo a 100 famílias mensalmente com distribuição de Cestas Básicas. Vem através deste, encaminhar os documentos solicitados pela Vossa Senhoria, como rege a Lei nº 14.182, de 01 de Novembro de 2007.

Colocamo-nos a disposição para todo e qualquer esclarecimento.

Segue em anexo os documentos.  
Atenciosamente,

**VITORIA GERALDI DA SILVA  
PRESIDENTE**

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 194/09**

**SHPJB-SOCIEDADE HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER - SÃO CARLOS-SC.**

**CNPJ 86.108.263/0001-34**

São Carlos-SC, 29 de Junho de 2009.

Ilmo.

Senhor Presidente Da Assembléia Legislativa,

A Sociedade Hospitalar Padre João Berthier, sediada à Rua Osvaldo Cruz, 56, em São Carlos-SC, vem respeitosamente encaminhar a Vossa Senhoria o relatório circunstanciado de atividades relativos às atividades do exercício de 2008, face a sua condição de sua entidade declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, Aatravés da Lei nº 3617 de 5 de abril de 1965 pelo processo Nº 259/64.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Darcisio Knorst  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 195/09**

**SASEADLA-SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE APOIO AOS DESAMPARADOS DE LAGES.**

Lages SC, 22 de Junho de 2009.

A

Assembléia Legislativa de Santa Catarina  
Deputado Moacir Sopesa  
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - Gabinete 102  
88020-Florianópolis-SC  
Prezado Deputado,

**REF. DOCUMENTOS-MANUTENÇÃO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

Tendo em vista que a SASEADLA, é uma entidade beneficiária reconhecida com Título de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 10.324 de 30/12/1996, apresentamos os documentos necessários para a manutenção do mesmo, conforme determina a Lei nº. 14.182 de 01/11/2007, como segue:

- 1) - Relatórios das Atividades do Ano de 2008;
- 2) - Declaração que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a manutenção do título de utilidade pública estadual;
- 3) - Cópia Autenticada da última alteração estatutária;
- 4) - Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2008.

Sendo o que tínhamos, somos gratos pelo registro.

Atenciosamente,

Adayr Mendes  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 26/06/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 196/09****REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE APIÚNA - RFCC**

Declarada de utilidade Pública: Lei Municipal nº 535/2006 de 13/07/2006 e Lei Estadual nº 14.230 de 03/12/2007.  
Rua Florianópolis, 107 - Centro - Apiúna - Santa Catarina  
Cep: 89135-000 - CNPJ 07.981.214/0001-35

APIÚNA, 26 DE Junho de 2009.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria Legislativa  
Consultoria Legislativa  
Palácio Barriga Verde  
Rua Doutor Jorge Fontes, 310  
88020-900-Florianópolis-SC.

Prezados Senhores,

Para cumprimento ao que determina a Lei nº 14.182 de 01 de Novembro de 2007 que, "**Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade Pública Estadual**", mais especificamente em seu Art. 3º, a rede Feminina de Combate ao Câncer de Apiúna encaminha os seguintes documentos:

- Relatório anual de atividades;
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de Utilidade Pública e;
- Balancete Contábil do exercício de 2008.

Ao ensejo reitero protestos de considerações e apreço.

**LEINETE BOTTGER ROSSETO-PRESIDENTE**

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 197/09****RELATÓRIO DE ATIVIDADES -2008**

A **AÇÃO SOCIAL NEOTRENTINA** foi fundada em 31/05/1985 e suas finalidades são:

- Promover e defender os direitos Constitucionais, especialmente no que se refere às Políticas Sociais Públicas;
- Desenvolver ações e projetos que levem à promoção humana, justiça e à igualdade Social;
- Planejar e promover ações conjuntas com associações, movimentos, grupos que visem a assistência social; promoção e defesa dos direitos humanos;
- Atuar na defesa do meio ambiente, da educação e na prevenção da saúde;
- Atuar em parceria com Poder Público e na iniciativa Privada para consecução de seus objetivos;
- Desenvolver ações e projetos sociais que visam a geração de trabalho e renda, e a defesa da cidadania;
- Formar e capacitar lideranças para Ação Social e o exercício da cidadania;
- Desenvolver ações culturais, Artística e de lazer;
- Atender e assessorar os beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social e a Defesa e garantia de seus direitos;

Para atender os seus objetivos a Ação Social Neotrentina atendeu no ano de 2008, aproximadamente 800 pessoas.

Foram realizadas as seguintes atividades:

Atendimento Inicial...800 pessoas  
Atendimento de Rotina...890 pessoas  
Acompanhamento de famílias...100 pessoas  
Encaminhamento à Recursos Comunitários (Passagens à Moradores de rua que passam por Nova Trento)...60 pessoas  
Encaminhamento à Recursos Comunitários (compra de uma Parábola para pessoa doente (Obesa)...03 pessoas  
Encaminhamento ao atendimento Médico (exames, consultas, remédios)...30 pessoas

**Reuniões**

Reuniões da Equipe da Ação Social Neotrentina...22

Reuniões com Voluntários...08

Reuniões de Diretoria...06

Reuniões com Ação Social Arquidiocesana - ASA...04

Vistas

Domiciliares...240

Apoio Aos Migrantes: orientação e subsídio para o retorno das famílias para sua cidade natal. A maioria em busca de trabalho vem para o Município e com a ausência de trabalho e dificuldades querem retornar para sua cidade. Foram até ditas 26 famílias, aproximadamente 78 pessoas.

**Atendimento emergencial:** atendimento as pessoas em situação de Vulnerabilidade social na comunidade de Nova Trento no que se refere as necessidades básicas e de emergência (alimentação, roupas, calçados, móveis e utensílios)

**Por Necessidades foram atendidas:**

1. Alimentação: 120 Cstas Básicas - 120 Famílias - 360 pessoas
2. Roupas e Calçados: 950 pessoas
3. Móveis e Utensílios: 80 pessoas

Para fortalecer o trabalho da Ação Social Neotrentina houve de participação de seus representantes em atividades de formação, participação no controle Social, cursos, palestras, passeios, festividades com a comunidade de Nova Trento, conforme segue:

**Eventos de Formação**

- Assistência Social Políticas - promovida pela ASA na cidade de Itajaí - 40 horas - 3 membros da Ação Social Neotrentina

- Ação Social Neotrentina é membro da Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social

- É cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social

- Foi declarada de Utilidade Pública Estadual em 21/10/2008

**AÇÃO SOCIAL NEOTRENTINA**

CNPJ 78.540.929/001-09

Rua Santo Inácio 170 - Nova Trento - SC

Cep: 88270-000

Tel: (48) 3267-0127 E-mail paroquiasaovirginio@bol.com.br

Banco do Estado de Santa Catarina - BESC

Conta nº 6480-0 - Agência 0165-1

Presidente: Eunice Cadornin Bitencourt

Rua: João Bayer Sobrinho 145 - Centro - (48) 3267-0458

Lido no Expediente

Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 198/09****ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE ORNITOLOGIA E CANARICULTURA**

CNPJ: 83.794.727/0001-15

IE - ISENTO.

Rua João MOSER, 390 Bairro Fortaleza

Blumenau SC Cep 89057-680

Fundada em 18/09/1982

Declarada de Utilidade Pública Estadual - Conforme Lei Nº 7.554 de 12/04/1989

LEMA: QUE CRIA, PRESERVA

Blumenau, 22 de Junho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC:

Cumprimentado-o Cordialmente, a Associação Blumenauense de Ornitologia e Canaricultura, pessoa Jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob Nº 83.794.727/0001-15, com sede na rua João Moser, nº 390, no bairro fortaleza, na cidade e Blumenau, CEP 89057-680, no telefone (47) 9983-2813, que presta serviço de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente Sr. Charles Haertel, inscrito n CPF 788.598.919-49, vem perante a Vossa Excelência, declarar que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade Pública Estadual, nos termos de dispositivo no parágrafo único do Art. 3 Inciso II, da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2007.

Por ser verdade, firma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

CHARLES HAERTEL

Lido no Expediente

Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 199/09****RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2008****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Entidade: Associações de Beneficentes de Senhores Evangélicas de Lontras (ABESEL)

CNPJ: 85.788.511/0001-72

Endereço: Getúlio Vargas nº 89 - Centro - Lontras/SC - CEP 89.182-000

Fone:(47) 3523-0937

E-mail contkief@brturbo.com.br

**2. IDENTIFICAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS**

Início da Atuação: 01/01/2008      Término da Atuação: 31/12/2009  
 Ruth Dagmar Geyer Liermann      Cargo: Presidente  
 Irene Danker      Cargo: Secretária  
 Juvelina Maria Kuhl      Cargo: Tesoureira  
 3. Atividades

**ABESSEL:** Entidade que é mantenedora da instituição Centro de Educação Teresa Cristina, que atende as crianças de 03 à 06 anos de idade, na área da Educação, e que em 2008 atendeu 38 crianças, tendo sua proposta pedagógica pautadas nas necessidades próprias do desenvolvimento infantil no que estabeleceu a Lei nº 9394/96da L.D.B. o artigo 29: "A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o intelectual e social complementando a Ação da família e da comunidade".

Os Profissionais Psicólogos, pedagogo e assistente social atenderam as crianças sempre que solicitado. Odontológico e Nutricional, toas as crianças foram atendidas através do projeto saúde bucal e alimentação. Na orientação Pedagógica com a capacitação para os professores, esses profissionais deram atendimento seus custos para entidade.

Os projetos são elaborados de acorde com a faixa etária de cada criança, inicia se com o projeto "Meu Nome Minha História", no qual se tem um breve conhecimento da criança. Os demais projetos são elaborados de acordo com as necessidades ou interesse que partem da criança.

Os temas abordados vão ao encontro da realidade da criança, visando a interdisciplinaridade que é levado em conta nos planejamento diários.

Os projetos de estudos podem ser compreendidos como um instrumento que expressa "um jeito de caminhar", uma "alternativa didática", uma "maneira de planejar", configurando-se, assim em um "recurso metodológico", por meio do qual o professor direciona o seu olhar pedagógico.

Lontras, de 19 de Junho de 2009.

Ruth Dagmar Geyer Liermann

*Lido no Expediente*

*Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 200/09**

**ASSOCIAÇÃO CULTURA ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DO SERRINHA**

**RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008**

**Janeiro**

\*Recesso;

\*Confraternização da Diretoria da Escola de Samba com a imprensa de Joinville;

\*Ensaio para o carnaval de 2008.

**Fevereiro**

\*Carnaval;

\*Reunião de planejamento para as atividades de 2009;

\*Elaboração do calendário de reuniões;

\*Definição de datas para eventos.

**Março**

\*Reunião de avaliação do carnaval de 2008.

**Abril**

\*Confraternização com o grupo da terceira idade;

\*Jogos de dominós e cartas.

**Maio**

\*Tarde de lazer;

**Junho**

\*Reunião extraordinária para discutir a pauta das reuniões descentralizadas;

\*Festa Junina;

\*Café com aniversariantes do 1º semestre;

**Julho**

**Agosto**

\*Reunião Ordinária;

\*Feijoada de homenagem do dia dos Pais;

\*Reunião com a diretoria da Escola de Samba;

**Setembro**

\*Reunião extraordinária;

**Outubro**

\*Festa do dia das Crianças;

**Novembro**

\*Apresentação do samba Enredo;

\*Inicio dos ensaios para o carnaval de 2009;

**Dezembro**

\*Café com aniversariantes do 2º semestre;

\*Jantar de confraternização e encerramento das atividades do ano vigente com revelação de amigo secreto;

Jair de Lima Matias - Presidente

Rodinei da Silva Vieira - Secretário

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 01/07/2009*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 201/09**

**AMA - ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO APOIO**  
**Entidade sem fins lucrativos - Mantenedora do Programa CVV de prevenção do suicídio**

ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR DA DIRETORIA LEGISLATIVA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

NESTA

Senhor Diretor,

**A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO APOIO - AMA** - entidade declarada de utilidade municipal e estadual, responsável pela manutenção administrativa e financeira do Posto CVV de Prevenção do Suicídio, por seu Presidente, vem a presença de V. S<sup>a</sup>., respeitosamente requerer a manutenção da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei Estadual nº. 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Para tanto, anexa os seguintes documentos:

Relatório anual de atividades, referencia 2008;

Declaração de cumprimentos dos requisitos do art. 3º da lei epigrafada;

Balancete Contábil (último)

Esclarece que não realizou alteração estatutária.

Do exposto, respeitosamente, aguarda deferimento

Florianópolis, 26 de junho de 2009.

Ernesto Weber Rossa - Presidente.

*Lido no Expediente*

*Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 202/09**

**ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA**  
**DECLARAÇÃO**

A entidade ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA, entidade beneficiária de assistência social, estabelecida na Rua São João, 180- Bairro Centro em Rio do Sul/SC. CEP 89160.000, inscrita no CNPJ sob nº 83.782.177/0001-14, declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei 6.317 de 11/12/1983, em cumprimento com a LEI 14.182 de 01/11/2007, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

E por ser verdade, assume integral responsabilidade pelos termos desta declaração.

Rio do Sul, 17 de junho de 2009.

AVAIR TEREZINHA GRAH

Presidente

Documentos Anexos:

1) Relatório Anual de Atividades

2) Balanço Patrimonial ref. 2008

3) Demonstração do Resultado do Exercício ref. 2008

4) Notas Explicativas

*Lido no Expediente*

*Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 203/09**

**AMOFRAM - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA FRANZ MULLER E TRANSVERSAIS - VELHA GRANDE - BLUMENAU/SC**

Blumenau, 25 de junho de 2009.

À

**Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembléia Legislativa de SC**

**A/C: Exmo. Dep. Sr. Moacir Sopelsa**

Nesta

A Associação de Ação e Desenvolvimento Comunitário da Rua Franz Muller vem por meio deste após recebimento de vosso ofício, datado de 28 de abril GPS/DL/0462/2009 confirmando o recebimento do relatório de atividades desta entidade referente à 2008, juntamente com a declaração de funcionamento atual (assinada pelo presidente da Câmara Municipal desta cidade) comprovando o pleno funcionamento desta, para que seja encaminhada à Assembleia Legislativa, para controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º, da lei nº 14.182 de novembro de 2007.

OBS: Não enviamos cópia do estatuto por não ter ocorrido alterações desde 2004, nem balancete contábil pois não houve movimentação financeira no ano de 2008, pois estamos com o caixa zerado.

Na certeza de contarmos com o vosso encaminhamento junto à Assembleia no sentido de atualizar nossa situação no que se refere a declaração de utilidade pública estadual, desde já agradecemos, no aguardo do ofício comprovando o cumprimento da lei por parte desta.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

Adriano Pereira

Presidente da AMOFRAM

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 204/09**

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA SAXONIA E TRANSVERSAIS**  
Blumenau, 16 de Junho de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina  
Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC,

Cumprimentando-o cordialmente, a entidade "Associação de Moradores da Rua Saxônia e Transversais", pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 01.864.591/0001-08, com sede na Rua Saxônia, s/nº, no bairro Vila Itoupava, na cidade de Blumenau, CEP 89095-080, no telefone (47) 3378-1318, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente Ingobert Flk, inscrito no CPF 294.590.879-49, na cidade de Blumenau, vem perante Vossa Excelência, declarar que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de Utilidade Pública Estadual, nos termos do dispositivo no parágrafo único do Art. 3º, Inciso II, da Lei Estadual nº 14.182, de 01.11.2007.

Por ser verdade, firma-se a presente declaração.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,  
Ingobert Falk - Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 205/09**

**FAHECE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON**

Ofício nº 463/09 - DIR Florianópolis, 23 de junho de 2009.

Excelentíssimo Senhor

Dep. Jorginho Mello

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

Nesta

Senhor Presidente:

Atendendo ao disposto no artigo 3º da Lei nº 14.182 de 01/11/2007, vimos pelo presente encaminhar a V. Exa. os documentos listados a seguir, para o devido controle e comprovação do status de Utilidade Pública Estadual conferido à FAHECE através da Lei nº 10.098 de 13.05.1996:

I. Relatório Anual de Atividades de 2008;

II. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III. Balancete contábil.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

**Claudio Barbosa  
Fontes**

Presidente - FAHECE

**Elaine Ibarra Dobes**

Diretora  
Financeira

**Hamilton R.S. de  
Vasconcellos**

Admin.-Diretor Operacional

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 206/09**

**CLUBE DAS MÃES - LAR DA MENINA**

Ofício nº 126/09. Rio do Sul/SC, 19 de junho de 2009.

Para Alesc

Coordenação

Prezado(a) Senhora(a);

O Clube das Mães - Lar da Menina vem através deste comunicar o encaminhamento da documentação para o controle e identificação de Utilidade Pública Estadual.

Segue Anexa documentação.

Atenciosamente

Rute Ap. Casagrande Vargas  
Coordenadora - Lar da Menina

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 207/09**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHAPECÓ - APAE**

Of. nº 105/2009

Ao Excelentíssimo Senhor,

**JORGINHO MELLO**

Presidente da Assembléia Legislativa

Chapecó, 23 de junho de 2009.

Prezado Senhor

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa excelência, encaminhamos em anexo documentação solicitada pela Lei nº 14.182/2007, visando manter o status de Entidade de utilidade Pública estadual.

- Relatório anual de atividade (2008),

- Balanço patrimonial

- Declaração de cumprimento dos requisitos estatutários

- Cópia do estatuto

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Moacir Natal

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 208/09**

Ofício 047/09 Gaspar, 23 de junho de 2009.

**A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

A Assembléia Legislativa de Pais e Amigos do Futebol Menor do Tupi vem por meio deste ofício e em cumprimento ao que estabelece o Art. 3º da Lei nº 14.457/08 através do encaminhar à Assembléia Legislativa os seguintes documentos: relatório anual de atividades, declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a manutenção da declaração de utilidade pública e o balancete contábil.

Aproveitamos a oportunidade para ressaltar que não houve alterações estatutárias.

Sem mais e permanecendo a inteira disposição, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente  
Wanderlei R. Knopp  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/2009

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 209/09**

**INSTITUTO AMAR**

Ofício nº 037/SIA Joinville, 20 de maio de 2009

Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina

Senhor Deputado Jorginho Mello

Presidente

Prezado Senhor,

O Instituto Amar, é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, possui diretoria voluntária, busca trabalhar de forma profissional dentro da nova visão de scial. Dentro das necessidades busca a promoção e valorização da pessoa humana.

O objeto central do Instituto Amar é a Assistência Social, tendo vários focos de atuação como: mulher, criança, idoso, adolescente, agindo através de programas com o primeiro e segundo setor, para executar nossas ações.

Enviamos a Vossa Senhoria os relatórios de atividades, financeiros e documentação / 2008 para avaliação.

Certos de contarmos com esta parceria.

Atenciosamente,

Jandira Colussi Riva  
Presidente

Dilamar Terezinha Gallina Tebaldi  
Vice - Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 210/09**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Ofício nº 31/2009.

Tijucas, 03/06/2009

Ilmo Sr:

Jorginho Melo

MD. Presidente da Assembléia Legislativa

Senhor Presidente,

Até através do presente, estamos encaminhando conforme Artigo 3º da Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, o **RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS no exercício de 2008**, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tijucas, e em anexo os seguintes documentos:

\* Cópia Autenticada do estatuto

\* Declarações de Funcionamento

\* Balancete Contábil

Sendo o que tínhamos para o momento, estamos a sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

ILVA PORTO FARIA

Lido no Expediente

Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 211/09

## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Ofício nº 29/2009 Trombudo Central, 23 de junho de 2009

À Presidência da Assembléia Legislativa

Atendendo o que rege a Lei Estadual nº 14.182/2007, no Art. 3º, seguem em anexo os documentos para solicitação de MANUTENÇÃO de Utilidade Pública Estadual de nossa entidade.

I - Relatório anual de atividades de 2008;

II - Declaração de que permanece cumprindo requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública assinado pelo presidente da entidade:

III - Cópia do Estatuto;

IV - Cópia da Ata de eleição da atual diretoria;

V - Balancete contábil de 2007;

Sem mais para o momento.

Atenciosamente

Aldo Correa

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 212/09

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA NO COMBATE ÀS DROGAS

Ofício 023/09

Bal. Camboriú, 16 de junho de 2009.

Prezado Deputado Jean Kuhlmann!

Desejamos apresentar nosso relatório das Atividades de Utilidade Pública realizados pela nossa instituição, neste último ano, a fim de continuarmos com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Nesses últimos doze (12) meses, a JC - ABCD continuou com as frentes em ações como:

1. Assistência Social.

1.1 Esta frente visa o atendimento social de membros ou não das Igrejas Evangélicas, através de roupas e cestas básicas, nas cidades de Itajaí e Florianópolis, todas as 3as. feiras.

2. Grupo de apoio a usuários familiares - GAUF.

2.1 Tem como visão propiciar aos familiares meios para compreender, acompanhar e apoiar o usuário de drogas no processo de recuperação (Reuniões semanais em Florianópolis SC).

3. Presídios

3.1 Atendimento espiritual, emocional e físico aos encarcerados e familiares todas as 3as. feiras, no presídio de Florianópolis no conjunto de várias igrejas,

4. Expresso na Solidariedade

4.1 Alimento que é distribuído na Praça XV de Novembro, na cidade de Florianópolis SC todas as 3as. Feiras, a partir das 20:30 horas e moradores de favelas, aos carentes e moradores de rua. Sempre em conjunto a uma Igreja Evangélica, onde é levada a palavra de Deus.

5. Marcha da PAZ.

5.1 Realização do projeto "Marcha da Paz 2.008" na cidade de Florianópolis em junho, realizado juntamente com as Igrejas da capital e em parceria com o SEITEC. O projeto levou 50.000 pessoas a marcharem pelas ruas da cidade, indo à beira mar norte, onde houve um Mega Show com várias bandas regionais e de São Paulo.

6. Ajuda na Enchente

6.1 Infelizmente em novembro de 2.008 houveram as enchentes e Bal. Camboriú também foi afetada, onde a Casa da Criança e o Lar dos Velinhos também foram atingidos e a JC - ABCD no mês de dezembro e janeiro arrecadou alimentos e roupas com nossa vizinhança, assim pudemos doar neste período,

E neste ano começamos no mês de março, a realização do Projeto Arte & Vida na cidade de Bal. Camboriú.

1. Arte &amp; Vida

1.1. Trabalho com crianças e adolescentes na prevenção as drogas, todos os meses do ano letivo, onde brincamos, conversamos e reestruturamos as famílias no colégio Antônio Lúcio da cidade de Balneário Camboriú, colégio com 830 alunos, uma média de 700 família que estamos cuidando.

1.2 No primeiro dia vamos ao colégio, primeiro brincar com eles, para criarmos um vínculo, uma amizade, respeito e companherismo. No segundo dia, voltamos para falar com eles sobre drogas.

No terceiro dia, voltamos na entrega dos boletins aos pais, para conversar com a família, tratando do assunto que passamos seus filhos e para que possamos estreitar os laços familiares, pois nosso objetivo é runirmos pais e filhos, cuidarmosdo laço familiar, do respeito, do amor em família. (fotos em anexo).

Estamos reestruturando nossa sede para tendermos as famílias e os dependentes químicos que não necessitam de internação, mas necessitam de um acompanhamento.

Nestes termos pedimos seu deferimento.

Mara Lígia Klitzke

Presidente da JC - ABCD

*Lido no Expediente**Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 213/09

## ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA AMIGOS DA GABIROBA - ADAGA

Ofício nº. 004/2009 - ADAGA Ituporanga, 19 de Junho de 2009.

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

CEP: 88020-900 - Florianópolis - Santa Catarina.

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente, encaminhar a Vossa Excelência, em cumprimento ao Artigo 3º, da Lei Estadual nº. 14.418, itens I, II, III e IV, datada de 28 de abril de 2008, os seguintes documentos:

1) Cópia da Lei Estadual 14.418, de 28/04/2008;

2) Cópia do relatório Anual de Atividades da Adaga, referente ao ano de 2008;

3) Declaração de Cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão da Declaração de Utilidade Pública;

4) Declaração de Pleno e Regular funcionamento;

5) Cópia da Lista de Presença e Ata da reunião Aprovando a Prestação de Contas de 2008;

6) Cópia do Livro Caixa (balancete 2008).

Na certeza de podermos contar com a vossa colaboração, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Luiz Carlos Suzzena

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 214/09

## ESCOLA ESPECIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - APAE CAPIVARI DE BAIXO - SC - FUNDADA 16/01/1997

OF/APAE/Nº 03/2009 Capivari de Baixo, 22 de Junho de 2009.

Exmo. Sr.

Jorginho Mello

Presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando em anexo, documentação para renovação que Declara de Utilidade Publica a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo APAE, referente exercício de 2009.

Certos de sua atenção.

Atenciosamente,

Marli Teresinha Mendes dos Santos

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 215/09

Ofício n.º 01/2009 Balneário Barra do Sul, 18 de Junho de 2009.

Exmo. Sr.

Deputado Jorginho Mello

presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da presidência, sala 106

88020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências do art. 3º da Lei Estadual 14.182/2007, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO BARRASULENSE DA TERCEIRA IDADE, CNPJ: 03.372.822/0001-91, com endereço para correspondência na Rua: Francisco P. de Souza 18, Centro, Balneário Barra do Sul - SC.

Pede Deferimento

OLIVIA NEITSCH

(Assinatura do Presidente da Entidade)

*Lido no Expediente**Sessão de 01/07/09*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 216/09

## CLUBE ATLÉTICO TUPI FUNDAÇÃO 03/01/1942

Ofício 046/09 Gaspar, 23 de junho de 2009.

À Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

O Clube Atlético Tupi vem por meio deste ofício e em cumprimento ao que estabelece p Art. 3º da Lei nº 14.571/08 através do encaminhar à Assembléia Legislativa os seguintes documntos: anual de atividades, declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a manutenção da declaração de utilidade pública e o balancete contábil.

Aproveitamos a oportunidade para ressaltar que não houve alterações estatutárias.

Sem mais e permanecendo a inteira disposição, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente  
Wanderlei R. Knopp  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 217/09**

**UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**

OF. N. 73/09 Criciúma, 22 de junho de 2009

Ilmo Sr.

Dep. Jorginho Mello  
Presidente da ALESC  
FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente,  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA - FUCRI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob n. 83.661.074/0001-04, com sede na Av. Universitária n. 1.105, no Município de Criciúma, neste ato representada por seu Diretor Presidente Antônio Milioli Filho, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar o Relatório Anual de Atividades (Exercício 2008), acompanhado dos demais documentos previstos no Art. 3º da Lei n. 14.182, de 01 de novembro de 2007.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,  
Antônio Milioli Filho  
Diretor Presidente da FUCRI  
Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 218/09**

**HOSPITAL SANTA CATARINA - BLUMENAU**

**ADM 167/2009**

Blumenau, 26 de junho de 2009

A

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**HOSPITAL SANTA CATARINA**, sediado na Rua Amazonas, n.º 301, cidade de Blumenau, Estado de SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.880.344/0001-03, atendendo ao disposto no Art. 3º da Lei Estadual n.º 14.182/07 de 01 de novembro de 2007, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. os documentos listados no referido artigo relativos às atividades do exercício de 2008, face à sua condição de entidade declarada de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL** através da Lei n.º 2986 de 23 de dezembro de 1961.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nosso protestos de consideração e apreço.

Anexos

- Cópia autenticada da certidão de utilidade Pública Estadual;
- Declaração de Funcionamento;
- Relatório de Atividades 2008;
- Demonstrativo Financeiro e Notas Explicativas do exercício 2008;
- Cópia autenticada do Estatuto Social;
- Cópia autenticada da Ata da AGO realizada no dia 28/04/2005;
- Cartão do CNPJ;

Nestes Termos  
Pede Deferimento

**Hans Martin Meyer**  
Diretor Vice Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 219/09**

Of. 252/OCA/09/SIL. São José, 24 de Junho de 2009.

A:

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Ilmo Sr. Jorginho Mello

DD. Presidente da Assembleia

A Orionópolis Catarinense é uma Instituição que abriga 65 portadores de necessidades especiais abandonadas pela família e sociedade. A instituição sobrevive de doações, campanhas e eventos que promove para angariar recursos financeiros para manutenção e continuidade de seus trabalhos de atendimento aos menos favorecidos.

Desta forma, vimos por meio deste, encaminhar a documentação necessária para manutenção, concessão e permanência do Título de utilidade Pública Estadual de nossa Instituição sendo:

- Relatório de Atividades;
- Declaração de permanência de requisitos exigidos;
- Ata de Eleição da Diretoria;
- Balanço patrimonial;

Salientamos que o estatuto não teve alteração.

Antecipadamente agradecemos e colocamo-nos a disposição.

Pe. Andréia Giuseppe Scaglia  
Diretor Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 01/07/09

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS**

**PORTARIA Nº 1372, de 1 de julho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JESUALDO CORREA TEIXEIRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-05, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada de Luca).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1373, de 1 de julho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CAREM SUIAN SCHEFFER**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Décio Góes).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1374, de 1 de julho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIA JOSÉ BERNARDES DE ANDRADE**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1375, de 1 de julho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JEAN CARLO GASPARG**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1376, de 1 de julho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR RENATO CHAGAS NETO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1377, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**EXONERAR** o servidor **ALAN ALEXANDRE OESCHLER**, matrícula nº 5264, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1378, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ATILA ZILLI SEEMANN**, matrícula nº 4541, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1379, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ATILA ZILLI SEEMANN**, matrícula nº 4541 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1380, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **BARBARA ZILLI WAGNER MATOS**, matrícula nº 5628, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1381, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR BARBARA ZILLI WAGNER MATOS**, matrícula nº 5628 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1382, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **BENTINHA AMORIM**, matrícula nº 6029, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1383, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR BENTINHA AMORIM**, matrícula nº 6029 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1384, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CARMELITA LUZIA BACK TURNES**, matrícula nº 6043, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1385, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CARMELITA LUZIA BACK TURNES**, matrícula nº 6043 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1386, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LAURO FISTAROL**, matrícula nº 5243, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1387, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LAURO FISTAROL**, matrícula nº 5243 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1388, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MILENE STRELOW**, matrícula nº 5210, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1389, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **MILENE STRELOW**, matrícula nº 5210 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jean Kuhlmann).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1390, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**RETIFICAR** vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ismael dos Santos para o gabinete do Deputado Julio Garcia, a contar de 1º de julho de 2009.

matr	NOME DO SERVIDOR	código e nível do cargo
2299	Simone Maria Bertuol Kuster	PL/GAB-70
2360	Maria da Graca Brasil Caldas	PL/GAB-70
2851	Jorge Macuco Junior	PL/GAB-56
3126	Neri Antonio Demetrio	PL/GAB-65
3441	Rui Bussulo	PL/GAB-57
3450	Edson Valdir Vieira	PL/GAB-39
4611	Wonibaldo Mazon	PL/GAB-39
4777	Norma Priscila Matias de Souza	PL/GAB-08
5412	Stefan Sandro Pupioski	PL/GAB-62
5463	Heloisa Sonogo de Luca	PL/GAB-56
5527	Marco Antonio Santos Schettert	PL/GAB-38
5548	Dalton Luiz Marcon	PL/GAB-40
5609	Paola Santos	PL/GAB-08
5699	Rodrigo Graciano Reus	PL/GAB-08
5714	Diala Marchi Goncalves	PL/GAB-57
5789	Monique de Souza da Silva	PL/GAB-43
6006	Giuliano Maciel Alves	PL/GAB-09
6025	Patricia Daniela Reinert	PL/GAB-28
6036	Cleomara de Almeida	PL/GAB-28

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1391, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**RETIFICAR** os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Ismael dos Santos para o gabinete do Deputado Julio Garcia, no período compreendido entre 1º de julho de 2009.

Matr	NOME DO SERVIDOR
1166	Jose Filomeno Neto
1362	Maria de Fatima R. Simon
1544	Rose Meri Benedet
2013	Vera Lucia Calazans Borges

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1392, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado a servidora **ROSE MERI BENEDET**, matrícula nº 1544, do gabinete do Deputado Ismael dos Santos para o gabinete do Deputado Julio Garcia, a contar de 1º de julho de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1393, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações; e, tendo em vista adequação ao Ato da Mesa nº 197, de 03 de*

*junho de 2009 e à Resolução nº 005, de 10 de junho de 2009,*

**EXONERAR** os servidores abaixo relacionados dos cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Genésio Goulart).

Matr	Nome do Servidor	Código - Nível
3183	Gilmar Pagotto	PL/GAB-61
5598	Adriana Vieira Brigido	PL/GAB-65
4934	Lucio Claudio Willemann Rogério	PL/GAB-70
4773	Selma Machado Costa	PL/GAB-60
4249	Waldo Luiz Gelosa Filho	PL/GAB-58
4136	Sonia Maria Machado Tournier	PL/GAB-23
4134	Iraci Terezinha Rezin	PL/GAB-59
4868	Hilda Gonçalves Tokarski	PL/GAB-64

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1394, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações; e, tendo em vista adequação ao Ato da Mesa nº 197, de 03 de junho de 2009 e à Resolução nº 005, de 10 de junho de 2009,*

**NOMEAR** os servidores abaixo relacionados, para exercer cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Genésio Goulart).

Matr	Nome do Servidor	Código - Nível
3183	Gilmar Pagotto	PL/GAB-60
5598	Adriana Vieira Brigido	PL/GAB-63
4934	Lucio Claudio Willemann Rogério	PL/GAB-69
4773	Selma Machado Costa	PL/GAB-59
4249	Waldo Luiz Gelosa Filho	PL/GAB-57
4136	Sonia Maria Machado Tournier	PL/GAB-28
4134	Iraci Terezinha Rezin	PL/GAB-54
4868	Hilda Gonçalves Tokarski	PL/GAB-60

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1395, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **FERNANDA DE SOUZA CARDOSO**, matrícula nº 5887, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Joares Ponticelli).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1396, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR** **FERNANDA DE SOUZA CARDOSO**, matrícula nº 5887 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Kennedy Nunes).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1397, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **ISOLETE TENFEN**, matrícula nº 5536, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho

de 2009 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).  
Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1398, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **MISAEI GONCALVES CANUTO JUNIOR**, matrícula nº 5251, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Kennedy Nunes).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1399, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MISAEI GONCALVES CANUTO JUNIOR**, matrícula nº 5251 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Kennedy Nunes).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1400, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **LEONARDO BORTOLOZZO**, matrícula nº 5065, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Romildo Titon).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1401, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR LEONARDO BORTOLOZZO**, matrícula nº 5065 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Romildo Titon).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1402, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **LEOMAR BALBINOT**, matrícula nº 4011, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jose Paulo Serafim).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1403, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR LEOMAR BALBINOT**, matrícula nº 4011 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar,

código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado José Paulo Serafim).  
Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1404, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **MURILO SILVA**, matrícula nº 3649, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jose Paulo Serafim).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1405, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MURILO SILVA**, matrícula nº 3649 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado José Paulo Serafim).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1406, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1202/09,

RESOLVE:

**ALTERAR** nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **MARIA HELENA PEREIRA TORRES**, matrícula nº 3536, fazendo constar como sendo **MARIA HELENA HENRIQUES PEREIRA**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório da 2ª Zona do Rio Grande-RS.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1407, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**LOTAR** a servidora **JUPIRA DE OLIVEIRA NOBRE**, matrícula nº 1324, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-26, na Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1408, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**LOTAR** o servidor **PAULO CESAR COSTA**, matrícula nº 1965, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-41, do Gabinete do Deputado Cesar Souza Junior.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1409, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**LOTAR** a servidora **MARIA DO BONSUCESSO V. KOERICH**, matrícula nº 0631, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, na DL - Coordenadoria de Publicação.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1410, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**LOTAR** a servidora **MARCIA DITTRICH TOSETTO**, matrícula nº 1469, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, na DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1411, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1189/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**CONCEDER LICENÇA** por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **JOSÉ MAURÍCIO CORDEIRO**, matrícula nº 1933, por 60 (sessenta) dias, a contar de 17 de junho de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1412, de 01/07/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
5381	Adriana Carvalho	15	16/06/09	1190/09
1232	Maria Regina Garcia Pereira	30	17/06/09	1187/09
1606	Ana Maria Maia Ramos	15	22/06/09	1188/09

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 237/09**

Declara de utilidade pública a Associação das Comunidades Rurais Organizadas - ACRO, com sede no município de Lages.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação das Comunidades Rurais Organizadas - ACRO, com sede no município de Lages.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 01/07/09

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade, em especial dos agricultores familiares, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO****PROJETO DE RESOLUÇÃO 010/09**

Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos seus atos processuais legislativos e administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial Eletrônico de que trata esta Resolução substitui a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado no site do Assembleia Legislativa, no endereço [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - *Internet*.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Parágrafo único. Por delegação do Presidente da Assembleia Legislativa, caberá ao Coordenador de Publicação, da Diretoria Legislativa, assinar digitalmente o Diário Oficial Eletrônico, ou na sua falta, quem formalmente o substituir.

Art. 3º Para todos os efeitos será considerado como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial Eletrônico.

Parágrafo único. Ficará automaticamente suspenso o prazo processual legislativo ou administrativo quando, por motivo técnico atestado pela Coordenadoria de Informática, o Diário Oficial Eletrônico tornar-se indisponível, reestabelecendo-se a contagem no dia útil seguinte à solução do problema.

Art. 4º A Assembleia Legislativa reserva-se os direitos autorais e de publicação do Diário Oficial Eletrônico, ficando autorizada sua impressão e proibida sua comercialização.

Art. 5º Ato da Mesa regulamentará os procedimentos de implementação e de operacionalização do Diário Oficial Eletrônico.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 01/07/09

**JUSTIFICATIVA**

O volume de publicações do Poder Legislativo torna oportuna e imperativa a conveniência da adoção de medidas destinadas a reduzir o custo de produção do Diário da Assembleia na forma impressa atualmente adotada, atualizando e aperfeiçoando as normas relativas à elaboração e publicação de atos administrativos e legislativos. Agilizar os procedimentos de produção do Diário da Assembleia, bem como ampliar as formas de divulgação, de modo compatível com os processos de modernidade e visando estabelecer normas para a publicação e disponibilização eletrônica, é plenamente recomendável.

A tecnologia da informação permite à administração utilizar ferramentas de publicação e divulgação dos seus atos oficiais mais eficazes e econômicas, a exemplo do que já fizeram o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, entre outros, só para ficar em âmbito catarinense.

Pretende-se com a aprovação do projeto de resolução ora proposto a instituição do Diário Oficial Eletrônico em substituição à versão impressa das publicações oficiais, exceto quanto àquelas exigidas pela lei de licitações e contratos. O modelo proposto é mais acessível, econômico, transparente e democrático.

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 358/07**

Autoriza o Governo do Estado a instituir o Serviço Social Escolar na rede estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizada a instituição do Serviço Social Escolar nas instituições da rede estadual de ensino, nos níveis fundamental e médio.

Parágrafo único. Compete ao Serviço Social Escolar:

I - efetuar levantamento de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;

II - elaborar e executar programas de natureza sociofamiliar visando à prevenção da evasão escolar e à melhoria do desempenho do aluno;

III - integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social amplo, operando de forma articulada com outros benefícios e serviços assistenciais, voltado para os pais e alunos no âmbito da educação especial e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;

IV - coordenar os programas assistenciais já existentes na instituição;

V - realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;

VI - participar, por meio de equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como esclarecer sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;

VII - elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existem classes especiais; e

VIII - empreender outras atividades pertinentes ao Serviço Social Escolar, não especificadas neste artigo.

Art. 2º O Serviço Social Escolar será exercido por profissionais habilitados nos termos da Lei federal n. 8.662, de 7 de junho de 1993, ficando o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, os cargos de assistente social em número compatível com as necessidades da rede de ensino.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 371/07**

Denomina Escola de Ensino Médio Jacó Anderle, a instituição de ensino da rede pública estadual no Bairro Vargem Grande, no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Escola de Ensino Médio Jacó Anderle, o estabelecimento de ensino da rede pública estadual situado na Rua Francisco Fausto Martins, s/n, no Bairro Vargem Grande, no Município de Florianópolis.

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 13.684, de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0221.1/2008**

O art. 2º do Projeto de Lei nº 0221.1/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º As despesas com a implementação da medida correrão por conta do Programa 0130 - Conservação e Segurança Rodoviária: ação 130.0178 - Operação de Rodovias - Deinfra."

Sala da Comissão, em  
Deputado Joares Ponticelli  
APROVADO EM 1º TURNO  
Em sessão de 30/06/09  
APROVADO EM 2º TURNO  
Em sessão de 01/07/09

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0221.1/2008**

Acrescenta no art. 3º ao Projeto de Lei nº 0221.1/2008 com a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em  
Deputado Joares Ponticelli  
APROVADO EM 1º TURNO  
Em Sessão de 30/06/09  
APROVADO EM 2º TURNO  
Em Sessão de 01/07/09

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 221/08**

Dispõe sobre a instalação de balanças fixas e/ou móveis nas rodovias catarinenses.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Estado obrigado a instalar pelo menos uma balança fixa e/ou móvel para pesagem de veículos de carga no trecho das rodovias catarinenses com maior fluxo de veículos.

Parágrafo único. A medição do fluxo de veículos será estabelecida a partir de um estudo de engenharia de tráfego executado pelo Departamento de Infra-Estrutura.

Art. 2º As despesas com a implementação da medida

correrão por conta do Programa 0130 - Conservação e Segurança Rodoviária: ação 130.0178 - Operação de Rodovias: subação 130.0178.000071 - Operação de Rodovias-DEINFRA.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 339/08**

Autoriza a reversão de imóvel no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao domínio do Estado o imóvel localizado no Município de Blumenau, constituído por um terreno com vinte mil, duzentos e dezessete metros e cinquenta decímetros quadrados, contendo benfeitorias, matriculado sob o nº 2.290 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau.

Parágrafo único. As benfeitorias edificadas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB no imóvel serão indenizadas no valor de R\$ 2.670.000,00 (dois milhões e seiscentos e setenta mil reais).

Art. 2º O imóvel referido nesta Lei deixou de atender aos objetivos da doação, em virtude da transferência das instalações da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB para o Bairro Victor Konder, em Blumenau.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Fundo Patrimonial.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 030/09**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização, indicando hospitais nas rodovias estaduais e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º É obrigatória a instalação de placas de sinalização nas rodovias estaduais indicando o hospital mais próximo, sua distância e telefones de emergência.

Art. 2º A responsabilidade pela implantação estabelecida no art. 1º, ficará a cargo do órgão competente, para as rodovias estaduais, e das concessionárias de rodovias, quando concedidas à iniciativa privada.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada para garantir sua execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 037/09**

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Cunha Porã.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Cunha Porã, os seguintes imóveis:

I - uma área de terra com três mil e quinhentos metros quadrados, sem benfeitorias, matriculada sob o nº 949 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cunha Porã;

II - uma área de terra com cinco mil, duzentos e quarenta e três metros e vinte e um decímetros quadrados, sem benfeitorias, matriculada sob o nº 950 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cunha Porã.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei destina-se à instalação da sede do 2º/3º/2ª/11º Batalhão da Polícia Militar de Cunha Porã, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.702, de 22 de abril de 1994.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 041/09**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Passos Maia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Passos Maia, um terreno contendo a área de oitocentos metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 6.604 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à construção do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Passos Maia, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 062, de 18 de janeiro de 1994.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 042/09

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Palhoça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., por prazo indeterminado, o uso gratuito do terreno com área de cinco mil, quinhentos e cinquenta e três metros quadrados, parte do imóvel matriculado sob o nº 15.199 no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrado sob o nº 00147 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo a implantação de instalações voltadas ao reforço e à garantia do atendimento eletroenergético para a Ilha de Santa Catarina e o Litoral Catarinense.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à cessionária, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º A cessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão, a cessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e da cessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 084/09

Reconhece o Município de Porto Belo como Capital Catarinense dos Transatlânticos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Porto Belo como a Capital Catarinense dos Transatlânticos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 091/09

Dispõe sobre modalidade de incentivo à melhoria das condições da rede estadual de ensino, através da disposição de espaços físicos às Associações de Pais e Professores - APPs das respectivas unidades e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Como modalidade de incentivo à melhoria das condições da rede estadual de ensino, o Poder Executivo dará prioridade na disposição dos espaços físicos discriminados nesta Lei às Associações de Pais e Professores - APPs das respectivas unidades.

Parágrafo único. Consideram-se espaços físicos aqueles situados no interior dos estabelecimentos da rede estadual de ensino destinados à prestação de serviços de lanchonete ou cantina.

Art. 2º A outorga, realizada por prazo determinado, dependerá de manifestação favorável da direção do estabelecimento e de projeto que detalhe a prática de ações que venham atender às necessidades mais urgentes da respectiva unidade de ensino, englobando atividades comprometidas com a educação.

§ 1º O projeto deverá ser elaborado e aprovado em periodicidade estabelecida pela unidade de ensino, não podendo ultrapassar o período de 01 (um) ano, devendo prever, entre outros aspectos, o suprimento de materiais aos alunos, alocação de materiais de expediente e de materiais didáticos.

§ 2º Expiradas as razões da disposição ou no caso de não cumpridas as razões que justifiquem a continuidade desta, bem como quando caracterizada pela unidade de ensino a necessidade do espaço para qualquer finalidade, a utilização será revogada, devendo ser observada a devolução no estado físico do recebimento.

Art. 3º O resultado conquistado pela APP na utilização dos espaços deverá ser integralmente direcionado à implementação do projeto mencionado no artigo anterior.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação, devendo ser previstas, sem prejuízo de outros aspectos, as condições para realização de eventuais obras ou ampliações, as responsabilidades das partes, outras causas de rescisão, o conteúdo dos projetos e o modelo da fiscalização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0098.5/2009

O Projeto de Lei nº PL/0098.5/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0098.5/2009

Isenta do pagamento da taxa de pedágio nas rodovias federais em Santa Catarina.

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos emplacados no respectivo município onde estão instaladas as praças de cobrança de pedágio das rodovias federais BR - 101 e BR - 116.

Parágrafo único. Aplica-se a isenção de que trata o *caput* deste artigo a todos os veículos emplacados no município de Paulo Lopes e nos municípios da Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, de acordo com a divisão territorial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na praça de cobrança instalada na BR 101, município de Palhoça, em ambos os sentidos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala de Sessões, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 01/07/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 01/07/09

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 098/09

Isenta do pagamento da taxa de pedágio nas rodovias federais em Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos emplacados no respectivo município onde estão instaladas as praças de cobrança de pedágio das rodovias federais BR-101 e BR-116.

Parágrafo único. Aplica-se a isenção de que trata o *caput* deste artigo a todos os veículos emplacados no município de Paulo Lopes e nos municípios da Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, de acordo com a divisão territorial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na praça de cobrança instalada na BR-101, município de Palhoça, em ambos os sentidos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 130/09

Declara de utilidade pública o Instituto Internacional de Prevenção às Drogas - IIPDROG, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Internacional de Prevenção às Drogas - IIPDROG, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 136/09

Declara de utilidade pública a organização não governamental Voluntários Amigos dos Bichos, com sede no Município de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a organização não governamental Voluntários Amigos dos Bichos, com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0137.6/2009

O art.1º do Projeto de Lei nº 0137.6/2009 passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Nordestinos de Blumenau, com sede no município de Blumenau."

Sala da Comissão em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 01/07/09

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 137/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Nordestinos de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Nordestinos de Blumenau, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 141/09

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Bento do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de São Bento do Sul o imóvel contendo uma área de terra com sete mil metros quadrados, onde se encontra instalado o Centro Social Urbano, matriculado sob o nº 1.671 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul e

cadastrado sob o nº 01081 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade fornecer espaço físico que possibilite ao Município viabilizar a reforma e a ampliação do Centro Social Urbano.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Lei nº 11.239, de 07 de dezembro de 1999.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 148/09

Autoriza a doação de imóvel no Município de Aurora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Aurora o imóvel constituído por uma área de terra com oitocentos e sete metros quadrados, sem benfeitorias, a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob o nº 7.113 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 01783 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a construção de unidade básica de saúde, a ser executada pelo Município de Aurora.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 163/09

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Amaro da Imperatriz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Amaro da Imperatriz, com sede no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia

Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 175/09

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Parque Joinville, com sede no Município de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Parque Joinville, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 176/09

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo, com sede no Município de Caçador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo, com sede no Município de Caçador.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 177/09

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Nova Vida de Caçador - ABENOVI, com sede no Município de Caçador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Nova Vida de Caçador - ABENOVI, com sede no Município de Caçador.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 178/09

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Obreiros da Luz, com sede no Município de Joaçaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Obreiros da Luz, com sede no Município de Joaçaba.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 189/09

Declara de utilidade pública o Lira-Círculo Italiano Di Blumenau, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lira-Círculo Italiano Di Blumenau, com sede e foro no Município e Comarca de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0019.7/2009

A ementa do Projeto de Lei Complementar nº 019.7/2009 passa a ter a seguinte redação:

"Altera o art. 132 e o Parágrafo único do art.133 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 01/07/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 01/07/09

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 019/09

Altera o art. 132 e o parágrafo único do art. 133 da Lei Complementar nº 197, de 2000.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 132 e o parágrafo único do art. 133 da Lei Complementar

nº 197, de 13 de julho de 2000, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 132. O membro do Ministério Público interessado no concurso de promoção ou remoção deverá manifestar-se expressamente, encaminhando sua inscrição no prazo de três dias úteis contados da publicação do respectivo edital.

Art. 133. ....

Parágrafo único. Formalizada a inscrição, o candidato dela poderá desistir, desde que o faça no dia útil seguinte ao encerramento do prazo para as inscrições.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de julho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*